



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
16ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
Rodovia BR 116 – Km 06. Cajazeiras
60864-190 – Fortaleza /CE
Fone: (0XX)85 3295.3022

T O M A D A D E C O N T A S
E X E R C Í C I O 2 0 1 0

U n i d a d e G e s t o r a : 2 0 0 1 1 2

Fortaleza/ CEARA – 2011



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
16ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
Rodovia BR 116 – Km 06. Cajazeiras
60864-190 – Fortaleza /CE
Fone: (0XX)85 3295.3022

RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2010

Relatório de Gestão 2010 apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do artigo 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010, da Decisão Normativa TCU nº 110/2010 e da Portaria nº 277/2010.

DIREÇÃO NACIONAL
HÉLIO CARDOSO DERENE

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL
UBIRATAN ROBERTO DE PAULA

16ª SRPRF/CE	– 16ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal no Ceará
DPRF	– Departamento de Polícia Rodoviária Federal
PRF	– Policial Rodoviário Federal
SIORG	– Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIAFI	– Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
LOA	– Lei Orçamentária Anual
CNAE	– Classificação de Nacional de Atividades Econômicas
UJ	– Unidade Jurisdicionada
UCC	– Unidade Centralizadora de Compra
UO	– Unidade Orçamentária
DITRAN	– Divisão de Trânsito – Departamento de Polícia Rodoviária Federal
DENATRAN	– Departamento Nacional de Trânsito
DETRAN/CE	– Departamento Trânsito do Estado do Ceará
DNIT	– Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
SAI	– Sindicância Administrativa Investigativa
SAD	– Sindicância Administrativa Disciplinar
PAD	– Processo Administrativo Disciplinar
ABIN	– Agência Brasileira de Inteligência
RG	– Relatório de Gestão
DN	– Decisão Normativa
IN	– Instrução Normativa
TCU	– Tribunal de Contas da União
CGU	– Controladoria-Geral da União
NAF	– Núcleo Administrativo e Financeiro
NAP	– Núcleo de Administração de Pessoal
NPF	– Núcleo de Policiamento e Fiscalização
NCAI	– Núcleo de Corregedoria e Assuntos Internos
UOP	– Unidade Operacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
ORGANOGRAMA FUNCIONAL.....	04
PARTE A – CONTEÚDO GERAL.....	10
1 IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL.....	10
1.1 IDENTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL.....	10
2 OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICA.....	11
2.1 RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL.....	11
2.1.1 Competência Institucional.....	11
2.1.2 Objetivos Estratégicos.....	11
2.2 ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS.....	14
2.2.1 Análise do andamento do plano estratégico do DPRF.....	14
2.2.2 Análise do Plano de Ação da 16ª SPRF/CE referente ao exercício 2010.....	15
2.3 PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE.....	17
2.3.1 Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da 16ª SPRF/CE.....	18
2.3.2 Execução Física das ações realizadas pela 16ª SPRF/CE.....	18
2.3.3 Gestão das ações por programa.....	19
2.3.3.1.1.1 AÇÃO 8698 - Manutenção e Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação.....	20
2.3.3.1.1.2 AÇÃO 8623 - Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal.....	22
2.3.3.1.1.3 AÇÃO 200G – Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rod. Federal.....	23
2.3.3.1.2.1 AÇÃO 2524 – Capacitação do Policial Rodoviário Federal.....	24
2.3.3.1.2.2 AÇÃO 2723 - Policiamento Ostensivo nas Rodovias Federais.....	25
2.3.3.1.2.3 AÇÃO 2816 - Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal	29
2.3.3.1.2.4 AÇÃO 4290 - Atividade de Saúde nas Rodovias Federais.....	30
2.3.3.1.2.5 AÇÃO 86A1 - Processamento, Remuneração dos DETRANS e Arrecadação de Multas Aplicadas pela PRF.....	31
2.3.3.1.2.6 AÇÃO 8692 - Educação de Trânsito para Usuários.....	32
2.3.3.1.3.1 AÇÃO 2000 - Administração da Unidade.....	33
2.4. Desempenho Orçamentário e Financeiro.....	35
2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa.....	35
2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa.....	35
2.4.2.1 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pelo 16ª SRPRF/CE por Movimentação.....	44
2.4.2.1.1 Quadro de Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação.....	36
2.4.2.1.2 Quadro de Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação.....	37
2.4.2.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação.....	38
2.4.3 Indicadores Institucionais.....	39
3 INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	40
3.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores.....	40
3.2 Análise crítica.....	40
4 INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DO RECURSOS HUMANOS.....	41
4.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos.....	41
4.1.1 Quadro.....	41
4.1.2 Quadro.....	41
4.1.3 Quadro.....	42
4.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	43
4.2.1 Quadro.....	43

4.2.2 Quadro.....	43
4.3 Composição do Quadro de Estagiários	44
4.3.1 Quadro.....	44
4.4 Quadro de custos de Recursos Humanos	45
4.4.1 Quadro.....	45
4.5 Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	46
Declaração da Seção de Recursos Humanos referente a entrega de Declaração de IRPF	49
5 INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA 16ª SPRF/CE.....	52
5.1 Estruturas de Controles Internos da Polícia Rodoviária Federal.....	52
5.1.1 Estrutura de controles internos da UJ.....	52
6 INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	54
6.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	54
6.1.1 Quadro – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	54
7 INFORMAÇÕES SOBRE GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA 16ª SPRF/CE CLASSIFICADO COMO “BENS DE USO ESPECIAL” DE PROPRIEDADE DA UNIÃO OU LOCADO DE TERCEIROS.....	56
7.1 Gestão e Distribuição Espacial de bens de Uso Especial de Propriedade da União.....	56
7.1.1 QUADRO - Distribuição Espacial de bens de Uso Especial de Propriedade da União.....	56
7.1.1.1 Distribuição Espacial de bens de Uso Especial de locados de terceiros.....	56
7.1.2 Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União de responsabilidade da UJ.....	57
7.1.2.1 QUADRO – Discriminação dos bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ.....	57
7.1.3 Discriminação dos Bens Imóveis locados de terceiros pela UJ.....	57
8 INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) DA UJ, CONTEMPLANDO OS SEGUINTE ASPECTOS:.....	59
8.1 Quadro.....	59
PARTE B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	60
9 DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL PELA 16ª SPRF/CE.....	60
9.1 Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada	60
9.1 QUADRO – Declaração do Contador com Ressalva	60

Introdução

Neste documento, apresentaremos o Relatório de Gestão da 16ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal/CE, no qual evidenciaremos as atividades administrativas e operacionais executadas no ano de 2010. Demonstraremos ao longo deste, que todas as ações foram pautadas nas metas previstas no Plano Plurianual para o DPRF, no que tange a redução de acidentes e criminalidade, buscando aumentar a percepção de segurança nas rodovias federais que cruzam o trecho sob circunscrição da 16ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal, compreendendo o as rodovias federais que estão circunscritas no Estado do Ceará.

A base para a elaboração deste Relatório de Gestão está fundamentada em 03 eixos prioritários, quais sejam: Gestão, Planejamento e Controle. O Relatório está organizado e sistematizado de modo a que se possibilite a visualização das ações desenvolvidas pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal no decorrer do exercício de 2010 e a aplicação dos recursos financeiros, fornecendo subsídios para o planejamento de políticas de segurança pública e assistência à saúde.

O presente relatório está estruturado em observância aos normativos e orientações expedidas pelo Tribunal de Contas da União e pela Controladoria Geral da União, de tal sorte que encontra-se dividido em 13 itens, numerados de 1 a 12, para a Parte A e 1 item para a Parte B, seguindo a mesma sequência fixada nos normativos e orientações acima citados.

Por sua vez, os itens aplicáveis a esta Unidade e aqueles para os quais não houve ocorrências no período, se desdobram em subitens, nos quais, neste particular, estão descritas as ações e as execuções orçamentárias de créditos originários e recebidos por movimentação.

A seguir estão relacionados os itens cujas naturezas jurídicas não se aplicam a esta Unidade, antecedidos pela numeração atribuída pelo Anexo II da Decisão Normativa 100/2010.

Parte “A”

Programação Orçamentária das Despesas
Reconhecimento de Passivos
Renúncia Tributária

Parte “B”

Demonstrações contábeis previstas na Lei 4.320/64, incluindo as notas explicativas
Demonstrações contábeis previstas na Lei 6.404/76, incluindo as notas explicativas
a) Composição acionária do capital social
b) Posição da UJ como detentora de investimento
Parecer de auditoria independente sobre as demonstrações contábeis

Parte “C”

Todos os itens

Abaixo apresentamos de forma mais pormenorizada os itens que não se aplicavam à nossa Regional, ou que para os quais não houve ocorrências:

1. Quadro A.2.1 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo;
2. Quadro A.2.3 – Identificação das Unidades Orçamentárias;
3. Quadro A.2.4 – Programação de Despesas Correntes;
4. Quadro A.2.5 – Programação de Despesas de Capital;
5. Quadro A.2.6 – Quadro Resumo da Programação de Despesas;
6. Quadro A.2.7 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa;
7. Quadro A.2.8 – Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos originários da UJ;
8. Quadro A.2.9 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos originários da UJ;
9. Quadro A.2.10 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos originários da UJ, juntamente com Análise Crítica;

10. Quadro A.3.1 – Reconhecimento de Passivos por insuficiência de Créditos ou Recursos, em conjunto com Análise Crítica;
11. Quadro A.6.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência;
12. Quadro A.6.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos últimos três exercícios;
13. Quadro A.6.3 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes;
14. Quadro A.6.4 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de Convenio e de Contratos de Repasse;
15. Quadro A.6.5 – Visão Geral da Análise das prestações de contas de Convenio e de Contratos de Repasse, com análise crítica;
16. Quadro A.11.2 – Distribuição Especial do Bens Imóveis de Uso Especial locados de terceiros;
17. Renúncias Tributárias;
18. Quadro A.15.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício;
19. Quadro A.15.2 – Situação das deliberações do TCU, que permanecem pendentes de atendimento no exercício;
20. Quadro A.15.3 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI;
21. Quadro A.15.4 – Situação das recomendações do OCI, que permanecem pendentes de atendimento no exercício;

A Gestão em 2010

No ano de 2010, a Administração, por meio de uma gestão participativa, pautada pelos princípios da moralidade e eficiência, buscou o alcance das metas definidas pelo DPRF, ao mesmo tempo em que enfatizou o saneamento de processos e procedimentos pendentes. Além disso, algumas iniciativas inovadoras com vistas a melhorar os processos internos e por conseguinte, aprimorar o atendimento ao cidadão. Além das grandes ações repressivas, foram adotadas ações preventivas como o Projeto Trânsito com Cidadania, responsáveis por instruir e capacitar milhares de integrantes da sociedade das mais diversas faixas etárias e profissões, buscando maior aproximação com a sociedade civil e uma maior conscientização dos atores do trânsito, conforme preceitos da Portaria 30/2009. A geração de conhecimento e capacitação contínua dos servidores também foi diretriz da gestão. Para tanto, ressaltam-se a reestruturação da área de inteligência e do setor responsável pela capacitação e treinamento.

Em que pese as tentativas de melhorias por parte do DPRF, a estrutura administrativa da 16^a SRPRF encontra-se bastante defasada a outros órgãos de segurança pública. As falhas na estrutura geram alguns entraves, comprometendo as atividades da Instituição a nível regional. Para que o problema fosse minimizado, a Administração buscou ferramentas administrativas inovadoras tais como a implementação do Balanced Scorecard e reengenharia de processos por meio do Projeto PROGESTÃO.

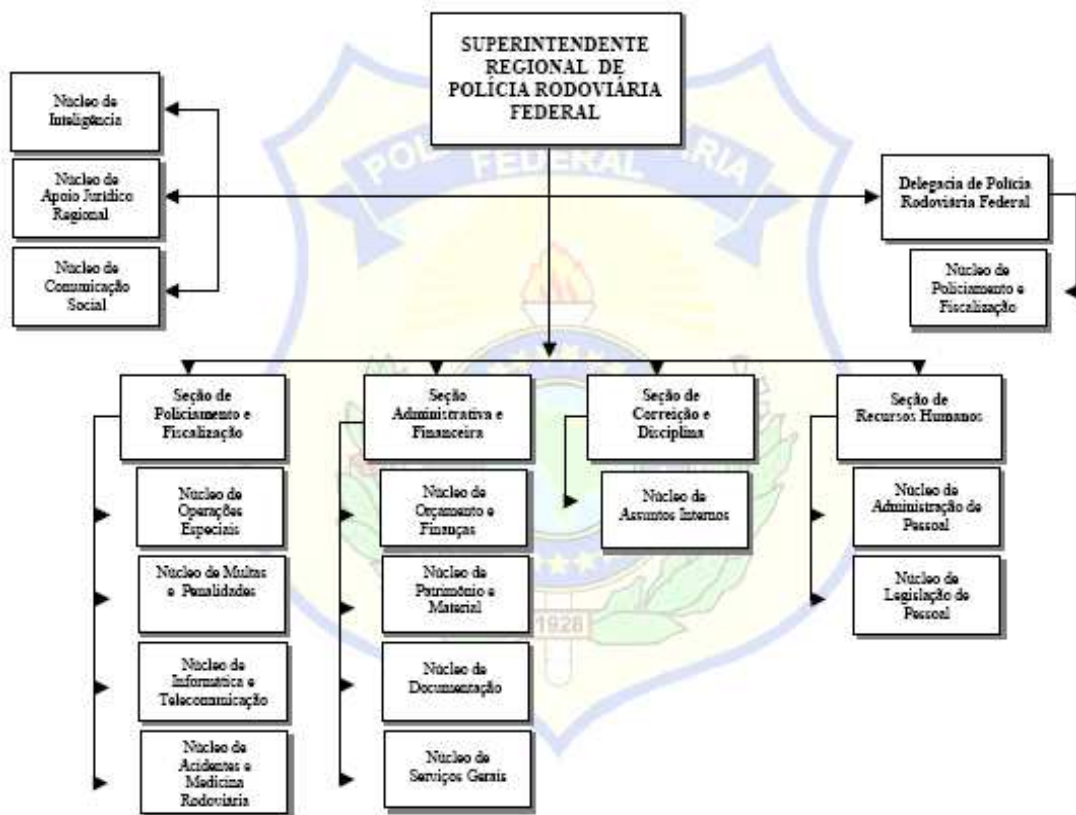
Além disso, o efetivo aquém do ideal restringe a atuação institucional, tanto do ponto de vista administrativo, quanto operacional e as condições de trabalho dos servidores, que por diversas vezes se sentem sobrecarregados em suas funções. A Administração buscou, portanto, investir em capacitação, promovendo inúmeros eventos, palestras e cursos com vistas à atualização de conhecimentos relacionados às diversas atribuições dos servidores e dispondo de ferramentas de motivação aos mesmos.

As restrições orçamentárias referem-se à indefinição de um “quantum” financeiro a ser disponibilizado à Regional e aos diversos contingenciamentos vivenciados, em virtude do equilíbrio das contas públicas na esfera federal. Essas restrições dificultaram o planejamento e a execução de ações bem como a execução e manutenção de convênios e contratos firmados.

Os resultados operacionais alcançados, incluindo a redução das taxas de mortalidade e de acidentes, as inúmeras apreensões e prisões, bem como o atingimento das metas operacionais de procedimento de fiscalização demonstra que apesar do efetivo defasado, de falhas na estrutura administrativa e das restrições orçamentárias, a 16^a Superintendência de Polícia Rodoviária Federal conseguiu alcançar seus objetivos institucionais. Além disso, a diminuição de abertura de procedimentos administrativos disciplinares e o grande número de servidores capacitados contribuíram para o cumprimento da missão da Polícia Rodoviária Federal em preservar a vida e promover a paz pública com segurança cidadã.

João Cícero Cardoso Guedes
Superintendente Regional

SUPERINTENDENTE REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL



Identificação das Unidades Descentralizadas – Delegacias e Postos:

Unidade Regional:

16ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal – Ceará
UG 200112

Equipe Administrativa:

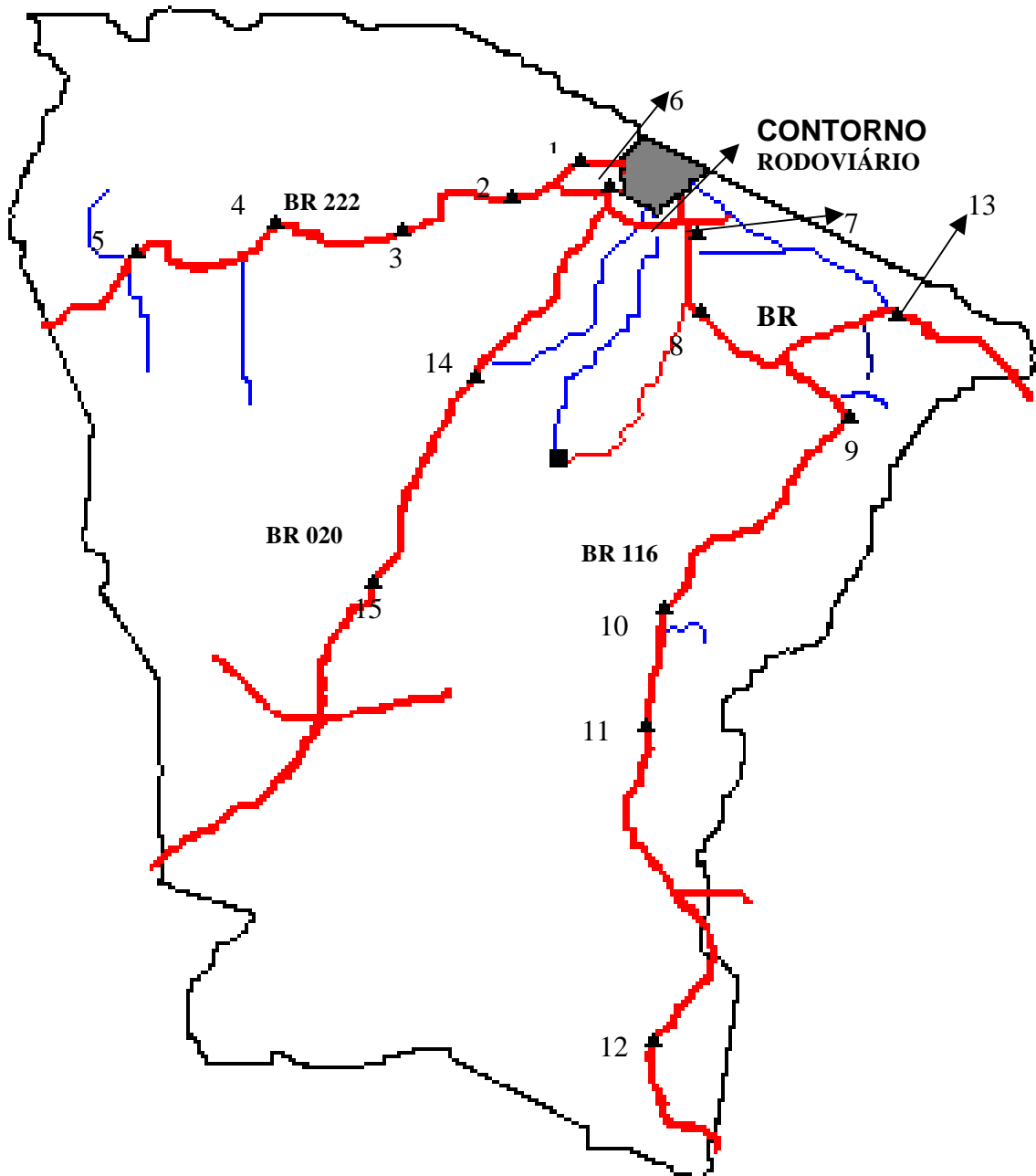
- a) Superintendente: **Ubiratan** Roberto de Paula
- b) Superintendente Substituto: **Antoneudo** Ribeiro Lima
- c) Seção de Policiamento e Fiscalização: **Ricardo Araújo** Bezerra
- d) Seção Administrativa e Financeira: **Agildenor** Leite Gomes
- e) Seção de Correição e Disciplina: Wilton Mourão **Torquato**
- f) Seção de Recursos Humanos: **Álvaro** Barreto Dantas
- g) Núcleo de Inteligência: **Eldyr** de Campos Carvalho Filho
- h) Núcleo de Apoio Jurídico Regional: **Antoneudo** Ribeiro Lima
- i) Núcleo de Comunicação Social: **Darlan Antares M. Souto**
- j) Chefe de Delegacia:
 - Caucaia/CE
João Cícero Cardoso **Guedes**
 - Canindé/ CE
Francisco **Wagner** Alves Barbosa
 - Russas/ CE
João de Paula Fernandes Vieira
 - Sobral/ CE
Manoel **Mota** Diniz
 - Icó/ CE
João **Miceno** Marque de Lima

1.1.3. Circunscrição da Regional:

a) Abrangência territorial da Unidade Regional: Ceará

b) Malha viária: BR's 020, 116, 222 e 304, totalizando 1.790 Km.

POSTOS FIXOS DE FISCALIZAÇÃO DA PRF/CE



PF = POSTO FIXO

- PF 1 - Caucaia
- PF 3 - Irauçuba
- PF 5 - Tianguá
- PF 7 - Itaitinga
- PF 9 - Russas
- PF 11- Icó
- PF 13- Aracati
- PF 15- Boa Viagem

- PF.2 - Croatá
- PF 4 - Sobral
- PF 6 - Campo Grande
- PF 8 - Chorozinho
- PF 10- Jaguaribe
- PF 12- Milagres
- PF.14- Canindé
- PF 16- Boisa

1.1.5. RELAÇÃO DE DELEGACIAS E POSTOS FIXOS DA 16ª SPRF/CE COM RESPECTIVA JURISDIÇÃO

CENTRAL DE INFORMAÇÕES

ENDEREÇO : BR 116 Km 06, S/N - CAJAZEIRAS
LOCALIDADE : FORTALEZA
MUNICÍPIO : FORTALEZA
CEP : 60.864-190
TELEFONES : (085) - 3295-3022; 3295-3472; 3295-4286;
3295-4273; 3295-4286; 3295-4794; 1527;
3295-3591 (direto)

1ª DELEGACIA – CAUCAIA

CHEFE : INSP. LUCIANO TEIXEIRA LIRA/ JOÃO CARDOSO CICERO GUEDES
ENDEREÇO : BR 020 Km 402, S/N
LOCALIDADE : CAMPO GRANDE
MUNICÍPIO : CAUCAIA
TELEFONE : (085) 3213-0137
FAX : (085) 3213 0131
JURISDIÇÃO DA DELEGACIA : BR 116 DO KM 000 ATÉ KM 050 (PACAJUS)
:BR 020 DO KM 405 ATÉ KM 356 (LAGOA DO JUVENAL)
:BR 222 DO KM 000 ATÉ KM 122 (ITAPAGÉ)

POSTO – MESSEJANA

ENDEREÇO : BR 116 KM 14
LOCALIDADE : MESSEJANA
MUNICÍPIO : FORTALEZA
TELEFONE :
JURISDIÇÃO DO POSTO : BR 116 KM 000 ATÉ KM 050 (HORIZONTE)
OBS.: POSTO DEMOLIDO COM RECONSTRUÇÃO PREVISTA PRA O KM 019 DA BR 116.

POSTO – CROATÁ

ENDEREÇO : BR 222 KM 060
LOCALIDADE : CROATÁ
MUNICÍPIO : CROATÁ
TELEFONE : 085 3340-1029
JURISDIÇÃO DO POSTO : BR 222 KM 040 ATÉ KM 122 (ITAPAGÉ)

POSTO - CAMPO GRANDE

ENDEREÇO : BR 222 KM 012
LOCALIDADE : CAMPO GRANDE
MUNICÍPIO : CAUCAIA
TELEFONE : (085) 3213-1520
JURISDIÇÃO DO POSTO BR 020 –CONTORNO RODOVIÁRIO : BR 222 KM 000 ATÉ KM 040

2ª DELEGACIA - CANINDÉ

CHEFE : INSP. FCO WAGNER ALVES BARBOSA
ENDEREÇO : BR 020 Km 304
LOCALIDADE : PALESTINA
MUNICÍPIO : CANINDÉ
TELEFONE : (085) 3343-1309
FAX : (088) 3343-1320
JURISDIÇÃO DA DELEGACIA : BR 020 DO KM 356 (LAGOA DO JUVENAL) ATÉ KM ZERO (DIVISA CE/PI)

POSTO - BOÍSA

ENDEREÇO : BR 020 KM 371
LOCALIDADE : MARANGUAPE
MUNICÍPIO : MARANGUAPE
TELEFONE : (085) 3342.7373
JURISDIÇÃO DO POSTO : BR 020 KM 405 ATÉ KM 367 (LAGOA DO JUVENAL)

POSTO - CANINDÉ

ENDEREÇO : BR 020 Km 310
LOCALIDADE : CANINDÉ
MUNICÍPIO : CANINDÉ
TELEFONE : (085) 3343-2042
JURISDIÇÃO DO POSTO BR 020 DO KM 366 (LAGOA DO JUVENAL) ATÉ KM 255

POSTO - BOA VIAGEM

ENDEREÇO : BR 020 Km 208
LOCALIDADE : BOA VIAGEM
MUNICÍPIO : BOA VIAGEM
TELEFONE : (088) 3427-1159
JURISDIÇÃO DO POSTO : BR 020 DO KM 255 ATÉ KM 000 (DIVISA CE/PI)

3ª DELEGACIA – RUSSAS

CHEFE : INSP. JOÃO DE PAULA FERNANDES VIEIRA
ENDEREÇO : AV GOV. RAUL BARBOSA, 502-ALTO DA BELA VISTA
LOCALIDADE : RUSSAS
MUNICÍPIO : RUSSAS
TELEFONE : (088) 3411-2570
FAX : (088) 3411-2570
JURISDIÇÃO DA DELEGACIA : BR 116 DO KM 050 ATÉ KM 250 (SOMBRIO)
: BR 304 DO KM 000 ATÉ KM 099 (DIVISA CE/RN)

POSTO – CHOROZINHO

ENDEREÇO : BR 116 Km 069
LOCALIDADE : TRIÂNGULO DE QUIXADÁ
MUNICÍPIO : CHOROZINHO
TELEFONE : (085) 3319-1235
JURISDIÇÃO DO POSTO : BR 116 DO KM 050 ATÉ KM 112

POSTO – ARACATI

ENDEREÇO : BR 304 Km 053
LOCALIDADE : ARACATI
MUNICÍPIO : ARACATI
TELEFONE : (088) 3421-1090
JURISDIÇÃO DO POSTO : BR 304 DO KM 000 ATÉ KM 099 (DIVISA CE/RN)

POSTO – RUSSAS

ENDEREÇO : BR 116 Km 158
LOCALIDADE : RUSSAS
MUNICÍPIO : RUSSAS
TELEFONE : (088) 3411-0290
JURISDIÇÃO DO POSTO : BR 116 DO KM 112 ATÉ KM 250 (SOMBRIO)

4ª DELEGACIA – SOBRAL

CHEFE : INSP. MANOEL MOTA DINIZ
ENDEREÇO : AV FERNANDES TÁVORA, S/N - SINHÁ SABÓIA
LOCALIDADE : SOBRAL
MUNICÍPIO : SOBRAL
TELEFONE : (088) 3614-3133
FAX : (088) 3614-3044
JURISDIÇÃO DA DELEGACIA : BR 222 DO KM 122 ATÉ KM 347 (DIVISA CE/PI)

POSTO – IRAUÇUBA

ENDEREÇO : BR 222 KM 153
LOCALIDADE : IRAUÇUBA
MUNICÍPIO : IRAUÇUBA
TELEFONE : (088) 635-1195
JURISDIÇÃO DO POSTO : BR 222 KM 122 ATÉ KM 197

POSTO – SOBRAL

ENDEREÇO : BR 222 KM 224
LOCALIDADE : SOBRAL
MUNICÍPIO : SOBRAL
TELEFONE : (088) 614-3310
JURISDIÇÃO DO POSTO : BR 222 KM 197 ATÉ KM 280

POSTO – TIANGUÁ

ENDEREÇO : BR 222 KM 314
LOCALIDADE : TIANGUÁ
MUNICÍPIO : TIANGUÁ
TELEFONE : (088) 3671-1611
JURISDIÇÃO DO POSTO : BR 222 KM 280 ATÉ KM 347 (DIVISA CE/PI)

5ª DELEGACIA – ICÓ

CHEFE : INSP. JOÃO MICENO MARQUE LIMA
ENDEREÇO : RUA ILÍDIO SAMPAIO, 2036 - CENTRO
LOCALIDADE : CENTRO
MUNICÍPIO : ICÓ
TELEFONE : (088) 3561-1279
FAX : (088) 3561-1311
JURISDIÇÃO DA DELEGACIA : BR 116 DO KM 250 ATÉ KM 554 DIVISA CE/PE)

POSTO – JAGUARIBE

ENDEREÇO : BR 116 Km 296
LOCALIDADE : PITOMBEIRA
MUNICÍPIO : JAGUARIBE
TELEFONE : (088) 3522-1775
JURISDIÇÃO DO POSTO : BR 116 DO KM 254 ATÉ KM 336

POSTO – ICÓ

ENDEREÇO : BR 116 Km 368
LOCALIDADE : ICÓ
MUNICÍPIO : ICÓ
TELEFONE : (088) 3561-1829
JURISDIÇÃO DO POSTO : BR 116 DO KM 336 ATÉ KM 421

POSTO – MILAGRES

ENDEREÇO : BR 116 Km 487
LOCALIDADE : MILAGRES
MUNICÍPIO : MILAGRES
TELEFONE : (088) 3553-1400
JURISDIÇÃO DO POSTO : BR 116 DO KM 421 ATÉ KM 554

PARTE A - CONTEÚDO GERAL

1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

1.1 IDENTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de vinculação			
Poder Executivo			
Órgão de Vinculação: Departamento de Polícia Rodoviária Federal		Código SIORG: 704	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Décima Sexta Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal			
Denominação abreviada: 16ª SRPRF/CE			
Código SIORG: 013428	Código LOA: não se aplica	Código SIAFI: 200112	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Segurança Pública, Policiamento e Fiscalização		Código CNAE: 8424-8/00	
Telefones/Fax de contato:	(85) 3295-3022 PABX	(85) 3289-4243 (gabinete)	3295-4254 fax
Endereço eletrônico: gab.ce@dprf.gov.br			
Página da Internet: http://www.dprf.gov.br			
Endereço Postal: Rodovia Santos Dumont (BR-116), Km 06, Cajazeiras – Fortaleza - CE			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
<ul style="list-style-type: none">• Constituição da República Federativa do Brasil, de 08 de outubro de 1988.* Código de Trânsito Brasileiro - Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.• * Portaria Ministério da Justiça nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, publicada no Diário Oficial de União de 06 de agosto de 2007. * Lei 9.654, de 02 de junho de 1998, publicada no Diário Oficial da União de 03 de junho de 1998. * Decreto Presidencial nº 1.655, de 03 de outubro de 1995, publicado no Diário Oficial da União de 04 de outubro de 1995			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 1.375/2007, do Senhor Ministro de Estado da Justiça.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
NÃO EXISTEM.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
200112	16ª Superintendência Regional do DPRF		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
“Não se aplica”	“Não se aplica”		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestor		Código SIAFI da Gestão	
“Não se aplica”		“Não se aplica”	

2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICA

2.1 RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL.

2.1.1 Competência Institucional

A malha rodoviária nacional é componente estratégico não apenas no desenvolvimento dos programas de Governo, mas também, como meio de circulação da produção nacional, pois representam elo de integração, diminuindo as distâncias entre os diversos pontos do País. Some-se a isto os demais seguimentos da população, que, por conta dos mais variados interesses, fazem uso das rodovias. Neste contexto, a Polícia Rodoviária Federal, integrante da estrutura do Ministério da Justiça, e que tem como principal função de Governo a segurança pública, devido a sua estrutura organizacional, atuando em todas as unidades da federação, é o contato direto e identificado do Estado com a população. Tem como principal atribuição a realização do policiamento ostensivo nas rodovias e estradas federais, o que resulta na promoção da segurança do trânsito, preservando a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio, nas rodovias e estradas federais, bem como contribuir para a promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia. Suas competências e atribuições, de aplicação em todas as rodovias e estradas federais, encontram-se positivadas nos normativos:

Constituição Federal de 1988, artigo 144, § 2º:

“A Polícia Rodoviária Federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais”

Código de Trânsito Brasileiro - Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997, artigo 20:

“Compete à Polícia Rodoviária Federal, no âmbito das rodovias e estradas federais:

I - cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições;

II - realizar o patrulhamento ostensivo, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros;

III - aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito, as medidas administrativas decorrentes e os valores provenientes de estada e remoção de veículos, objetos, animais e escolta de veículos de cargas superdimensionadas ou perigosas;

IV - efetuar levantamento dos locais de acidentes de trânsito e dos serviços de atendimento, socorro e salvamento de vítimas;

V - credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de carga indivisível;

VI - assegurar a livre circulação nas rodovias federais, podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, e zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções e instalações não autorizadas;

VII - coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre acidentes de trânsito e suas causas, adotando ou indicando medidas operacionais preventivas e encaminhando-os ao órgão rodoviário federal;

VIII - implementar as medidas da Política Nacional de Segurança e Educação de Trânsito;

IX - promover e participar de projetos e programas de educação e segurança, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CONTRAN;

X - integrar-se a outros órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito para fins de arrecadação e compensação de multas impostas na área de sua competência, com vistas à unificação do licenciamento, à simplificação e à celeridade das transferências de veículos e de prontuários de condutores de uma para outra unidade da Federação;”

A PRF atua também, como guardião de nossas fronteiras através das rodovias e integra o Brasil a outros países da América do Sul.

Assim, além da própria competência estabelecida nos citados normativos, tem as seguintes atribuições:

- Realizar o patrulhamento ostensivo das rodovias e estradas federais, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, a incolumidade das pessoas, do patrimônio da União e o de terceiros;
- Exercer os poderes de autoridade de polícia de trânsito, cumprindo e fazendo cumprir a legislação e demais normas pertinentes, inspecionar e fiscalizar o trânsito, assim como efetuar convênios específicos com outras organizações similares;
- Aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito e os valores decorrentes da prestação de serviço de estadia e remoção de veículos, objetos, animais e escoltas de veículos de cargas excepcionais, executar serviços de prevenção e atendimento de acidentes e salvamento de vítimas nas rodovias federais;
- Realizar, levantamento de locais, boletins de ocorrências, investigações, testes de dosagem alcoólicas e outros procedimentos estabelecidos em leis e regulamentos, imprescindíveis à elucidação dos acidentes de trânsito;
- Credenciar os serviços de escoltas, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escoltas e transporte de cargas indivisíveis;
- Assegurar a livre circulação nas rodovias federais podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, bem como zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções, obras e instalações não autorizadas, executar medidas de segurança, planejamento e escoltas nos deslocamentos do Presidente da República, Ministros de Estado, Chefes de Estado e diplomatas estrangeiros e outras autoridades.

2.1.2. Objetivos Estratégicos

As características inerentes ao trânsito rodoviário favorecem a proliferação das ações criminosas e dificultam o combate a ser exercido devido a grande quantidade e extensão da malha viária das rodovias federais no estado do Ceará. Some-se a estes fatores a divisão da circunscrição com os estados do Piauí, Rio Grande do Norte, em menor escala a Paraíba, e o ponto mais grave que é sem dúvida o limite com o Estado de Pernambuco, em virtude da área conhecida como “polígono da maconha”, naquele estado. Vários tipos de crimes ocorrem ao longo das rodovias, tais como os crimes de evasão fiscal e de divisas, o transporte ilegal de passageiros e cargas, a exploração sexual infantil, tráfico de pessoas, o tráfico de drogas, o contrabando, o descaminho, o transporte de materiais contrafeitos, roubos a estabelecimentos, roubos a veículos, dentre outros.

Tais ilícitos causam prejuízos à economia do País. Por seu turno, as regras de circulação previstas no Código de Trânsito Brasileiro encontram seu agente aplicador, em âmbito federal, na Polícia Rodoviária Federal.

O foco de atuação da Polícia Rodoviária Federal está inserido em uma visão de real proteção ao cidadão proporcionada pelo braço identificado do Estado de forma preventiva aliada à necessária repressão do crime, ou seja, não se pretende o atendimento da grave situação de segurança pública nas rodovias federais, é almejada a transmissão da sensação de segurança proporcionada pela supressão dos subsídios de reforço da criminalidade.

Por outro lado, os acidentes de trânsito representam prejuízos incalculáveis à economia e à sociedade brasileira, pois os componentes de consequências desfavoráveis de um acidente de trânsito interferem na saúde pública pelo alto índice de dispêndios governamentais com o tratamento hospitalar dispensado às vítimas, pela interferência na vida em família, pelos danos irreparáveis das vítimas, pelos prejuízos à população economicamente ativa, pelo prejuízo de cargas e veículos sinistrados, dentre muitos outros que compõem prejuízos financeiros elevados, além dos danos intangíveis e irreparáveis na vida social e familiar do cidadão. Desta forma, a atuação de Polícia Rodoviária Federal busca reduzir o número de acidentes em nossas rodovias federais, buscando, assim, a redução de danos quando das ocorrências de acidentes rodoviários.

Outros fatores identificados da situação social do país e campo de atuação da Polícia Rodoviária Federal são as manifestações reivindicatórias das mais diversas formas, desde os movimentos para reforma agrária, passando pelas manifestações dos caminhoneiros, até reivindicações locais por demandas diversas da sociedade onde, frequentemente, há o bloqueio de rodovias federais trazendo inúmeros prejuízos à população, bem como a necessidade da presença ostensiva do Estado caracterizada pela Polícia Rodoviária Federal no apoio à sociedade nas situações de calamidade pública, como enchentes, queimadas e queda de barreiras e estradas. Por outro lado, verificamos outro fator importantíssimo da constituição da segurança pública representada pela condição do trânsito de veículos e pessoas em nosso país.

O atingimento de seus objetivos ocorre através da execução das ações do programa correspondente à segurança pública nas rodovias federais, que vão desde atividades de saúde voltadas aos usuários das rodovias às atividades de educação para o trânsito.

Desta forma, para o perfeito desempenho de suas competências institucionais, faz-se necessário que sua atividade meio execute suas atribuições em sintonia com a atividade fim, dotando-a dos recursos necessários para tanto, quer seja equipamentos policiais atualizados, instalações físicas, sistemas de comunicação, dentre outros.

2.2. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

2.2.1. Análise do andamento do plano estratégico do DPRF.

A extrema carência de efetivo desta Unidade, a exemplo do vem ocorrendo em anos anteriores, continua a ser a maior dificuldade para o nível desejado de atuação da Polícia Rodoviária Federal no Distrito Federal. Todavia, tal carência, não se transforma em obstáculo intransponível para que busquemos sempre fazer o máximo possível, pautados pela economicidade, legalidade e interesse público, buscando nas parcerias, na criatividade e no engajamento do corpo funcional a superação de tais dificuldades.

A carência de efetivo, no entanto, tem reflexo no desempenho das atividades de sua competência, impossibilitando a presença da Polícia Rodoviária Federal de forma ininterrupta ao longo de nossa extensa malha viária, o que contribuiu diretamente para a não efetivação de prevenção de acidentes em extensos trechos de rodovias de nosso Estado.

Uma das variáveis soluções para fazer frente a carência de efetivo são as ações desenvolvidas de forma integrada com os demais órgãos da força de segurança pública e da sociedade em geral, em vista de que o transporte de materiais ilícitos e o trânsito de criminosos inevitavelmente estarão combinados com infrações nas áreas atinentes da polícia judiciária, do fisco, dos crimes transnacionais, do meio-ambiente, da sociedade comercial e das manifestações sociais em todas as esferas, dentre muitos outros.

Uma das premissas utilizadas no planejamento de operações para diminuição dos acidentes de trânsito é de que a presença da viatura na rodovia inibe o cometimento de infrações de trânsito, pela expectativa de intervenção. Neste sentido, a ênfase principal foi alocar o máximo de policiais na pista, retirando-os da imobilidade nos postos e fazendo-os atuar em ronda ou em pontos fixos nas rodovias, bem como a intensificação na fiscalização de embriaguez na condução de veículos.

Com o mesmo objetivo, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal orienta para que haja a participação dos policiais que desempenham atividade meio nos Comandos Específicos e nos Comandos que são realizados quando o volume de tráfego de nossas rodovias se eleva, como por exemplo, em decorrência de datas festivas e feriados prolongados.

A Polícia Rodoviária Federal se faz presente nas rodovias todos os dias, inclusive finais de semana e feriados, quando são realizados Comandos Específicos, em todos os municípios onde existam rodovias federais. Destarte a carência de meios, principalmente humanos, o 16^a SRPRF tem um alto grau de especialização de seus policiais, contando com reconhecimento do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e de outras instituições. Reconhecimento este que se traduz no bom número de policiais preparados como instrutores.

Outro fato que implica o pagamento de diárias em determinado período é a própria natureza da atividade policial, onde, invariavelmente, ocorre a convocação fora da programação, para que se possa atender eventos que não são possíveis de prever e que demandem um maior número de policiais na sua solução.

Desta forma, também foram pagas diárias nos finais de semana para atender a convocações, dentre as quais citamos os encontros anuais das respectivas coordenações, quando fora de Brasília.

A extrema carência de servidores nesta Unidade Jurisdicionada tem reflexos, também, no desenvolvimento de suas atividades administrativas, ocupando todos os servidores com diversas atribuições e obrigando buscar a participação de servidores lotados na atividade fim da Polícia Rodoviária Federal em atividades administrativas, como exemplo, a participação em comissões

Como forma de padronizar e atender as demandas de todas as unidades, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal usa como estratégia à figura da Unidade Centralizadora de Compra – UCC, utilizada nas aquisições de maior volume e padronizadas, como exemplo pneus e fardamento, onde apenas uma unidade do Departamento de Polícia Rodoviária Federal realiza o registro de preços e inclui como participante do referido registro as demais unidades. Tal procedimento é salutar, uma vez que as aquisições se mostram vantajosas em virtude da economia de escala e economizam tempo e dinheiro se compararmos com a realização de proce-

dimentos, para adquirir o mesmo material, sendo realizado em separado por cada unidade do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

2.2.2. Análise do Plano de Ação da 16ª SRPRF referente ao exercício 2010.

As prioridades e metas relativas à atividade operacional do 16ª SRPRF/CE, por intermédio da Seção de Policiamento e Fiscalização – SPF, seguiram consideradas as premissas institucionais do Departamento de Polícia Rodoviária Federal – DPRF/MJ, para o exercício 2010, em consonância com o estipulado pela Ordem de Serviço nº 01/2010, da Coordenação Geral de Operações do DPRF/MJ.

As premissas do DPRF/MJ estiveram especificadas nos expedientes de ordem de serviço acima especificadas, e referiram-se à Missão, Visão e Valores do DPRF/MJ, a serem observados ao longo do desempenho das atividades inerentes. Tais premissas são as seguintes:

- **Missão**

Preservar a vida, o meio ambiente, a ordem pública e o patrimônio, exercendo papéis proeminentes na promoção da cidadania, dos direitos humanos, dos valores democráticos, da integração nacional e na mobilidade das pessoas e bens.

- **Visão**

Ser reconhecida nacional e internacionalmente como instituição de alta credibilidade, efetividade e competência na prevenção de acidentes de trânsito e de crimes, em articulação com a sociedade, na promoção dos direitos humanos, da cidadania e dos valores democráticos.

- **Valores**

Honestidade, Transparência, Coragem, Firmeza, Lealdade, Liderança, Solidariedade, Ética, Responsabilidade, Equidade, Cidadania e Compromisso.

Os objetivos traçados para o exercício 2010, no cunho operacional, no âmbito desta Unidade Jurisdicionada, visaram ao alcance de metas estabelecidas para a Regional, com foco precípua na prevenção de acidentes e criminalidade, visando à redução das taxas de acidentalidade e mortalidade, bem como ao aumento da percepção de segurança nas estradas e rodovias federais na área sob circunscrição desta Regional, dentro das nossas limitações de policiamento, em virtude do diminuto efetivo policial existente.

Para tanto, buscou-se, inclusive, melhorar a capacitação do efetivo policial, no que se refere ao conhecimento da legislação de fiscalização rodoviária, ao enfrentamento de delitos na circunscrição da PRF, no trato com todos os usuários das rodovias e estradas federais e nos procedimentos adotados pelo DPRF.

O planejamento das ações foi subdividido conforme especificações abaixo:

- Fiscalizações rotineiras:

Operacionalizadas pelos policiais escalados para os plantões normais, sem apoio de efetivo extra, divididas em rondas e fiscalizações estáticas, realizadas diariamente; sendo as fiscalizações estáticas visando prioritariamente as condições veiculares, e as rondas nos horários de maior circulação rodoviária nos três turnos, visando prioritariamente, coibir as infrações de circula-

lação e conduta, além de repressão ao crime.

Nestas fiscalizações, oportuniza-se o planejamento para a realização das operações de apoio ou em conjunto com outros órgãos.

O trabalho diário tem como foco o fator da segurança de trânsito e o combate aos ilícitos, por meio de abordagens a pessoas e veículos, permeadas de tratamento cortês, postura e apresentação individual adequada, clareza e firmeza nas orientações e pelos preceitos éticos do Serviço Público.

- Fiscalizações de alcoolemia:

Operacionalizadas, obrigatoriamente, de forma rotineira e sistemática, através de exame com etilômetros nos condutores envolvidos em acidentes, em especial os com lesões, e em todos condutores suspeitos de estarem sob efeito de álcool, bem como em pontos próximos a locais de eventos propícios ao consumo de bebidas alcoólicas, assim buscando inibir o consumo de álcool e posterior condução de veículos por condutores em condição irregular nas vias de tráfego.

- Fiscalizações de transporte coletivo de passageiros:

Operacionalizadas em pontos estratégicos de tráfego de transportes intermunicipal e interestadual, mediante ações de fiscalização ao transporte coletivo de passageiros, objetivando coibir irregularidades referentes a equipamentos obrigatórios, cintos de segurança, da habilitação e regularidade das empresas e autônomos que realizam o transporte, e da habilitação dos condutores, entre outros, em especial no transporte interestadual de passageiros, para dar cumprimento ao Convênio nº 004/2006, firmado entre o DPRF/MJ e a ANTT. Incluindo nesta fiscalização, estão ações de combate ao crime, ao trânsito de menores em situação irregular, consultas nos Sistemas Corporativos disponíveis, a exemplo o INFOSEG, aos ocupantes destes veículos, e sempre que possível com verificação de bagagens.

- Fiscalizações de transporte de cargas:

Operacionalizadas nos pontos de acesso à capital federal, mediante ações de fiscalização ao transporte rodoviário de carga, com o objetivo de coibir a entrada de mercadorias, bens, produtos animais e florestais irregulares, ilícitos, bem como cobrar efetivamente o cumprimento à legislação de produtos perigosos, adequando essas movimentações ao contido na legislação da ANTT e no Convênio nº 004/2006 já citado.

- Operações e Comandos:

As Operações, atividades diferenciadas, planejadas pela Direção Geral do DPRF/MJ, através da Coordenação Geral de Operações ou do Distrito Regional, podem ser dos seguintes tipos: Operações Especiais, Eventuais, Integradas de Segurança Pública, Conjunta com outro Órgão, Nacional, de Férias e Feriados Nacionais, estas duas últimas obedecendo ao cronograma da Ordem de Serviço 01/2010/CGO, referente ao Planejamento Operacional 2010 do DPRF/MJ.

As Operações Regionais, caracterizadas pelas festividades e eventos regionais realizadas conforme demandas esperadas e eventualmente surgidas.

Os Comandos, atividades de fiscalização, com efetivo diferenciado, são realizados com vistas ao cumprimento das normas de trânsito e transporte, além da repressão ao crime de forma geral.

Durante as Operações Férias, Feriados Nacionais e Operações Regionais, a previsão de prioridade às atividades de fiscalização e as voltadas à prevenção de acidentes de trânsito e redução de danos, visando à normalidade do fluxo de trânsito e a redução das taxas de acidentalidade e mortalidade.

2.3. PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE

A análise dos programas de governo sob a responsabilidade da UJ será realizada mediante dois demonstrativos, quais sejam: Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da 16ª SRPRF e Execução Física das ações realizadas pela 16ª SRPRF. O primeiro compreende uma série de informações sobre os resultados alcançados pelo DPRF na gestão de programas de governo sob sua responsabilidade. Tal informação pode ser extraída do Relatório de Gestão do DPRF. O segundo apresenta os resultados físicos alcançados pelo 16ª SRPRF na execução das ações inscritas na Lei Orçamentária Anual (LOA) do exercício 2010.

No PPA 2008-2011, o DPRF é responsável por vários Programas de Governo, sendo que para o 16ª SRPRF/CE foram descentralizados recursos, principalmente, para os seguintes programas:

Código	Descrição do Programa	Quantitativo de ações
1386	Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal	03 (três)
750	Apoio Administrativo	01 (uma)
0663	Segurança Pública nas Rodovias Federais	06 (seis)

Fonte: **DIPLAN**

O Objetivo do Programa 0663 é aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a repressão de ações delituosas e redução dos acidentes de trânsito. Os beneficiários são os usuários das rodovias e estradas federais e as pessoas que residem às margens das rodovias federais.

O Objetivo do Programa 1386 é prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura física e seus meios finalísticos de potencial laborativo, a fim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança pública. Os beneficiários são o Departamento de Polícia Rodoviária Federal e os usuários de Rodovias Federais.

O Programa 0750 é um programa de Apoio Administrativo comum a todos os órgãos da administração pública federal.

No Exercício 2010 foi utilizado recurso oriundo do Programa 1453 - Programa Nacional de Segurança Pública com cidadania – para aquisição de viaturas. Tal programa é gerenciado pela secretaria executiva do PRONASCI.

2.3.1. Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade do 16ª SRPRF

A gestão dos programas de Governo está sob a responsabilidade do DPRF, cabendo a 16ª SRPRF **apenas a execução das ações**. Como esta UJ não gerencia os programas, não foi possível analisar criticamente cada programa.

2.3.2. Execução Física das ações realizadas pela 16ª SRPRF/CE

Neste demonstrativo estão relacionadas as ações orçamentárias constantes da LOA do exercício 2010. O demonstrativo é composto de dez (10) itens de informação, compondo uma linha detalhe da LOA, conforme se descreve no **Quadro 2.3.2** a seguir.

Quadro 2.3.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ								
Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada
06	128	0663	2524	A	4	Servidor capacitado (unidade)	N/D	N/D
06	181	0663	2723	A	3	Sensação de Segurança		Pendente de apuração
						Taxa de Variação de acidentes (Acidentes/ 1.000.000 de veículos)	48,28	56,96
						Taxa de Mortalidade (Mortos /1.000.000 de veículos)	3,232	4,042
06	183	0663	2816	A	3	Operação realizada (unidade)	N/D	N/D
06	181	0663	4290	A	3	Pessoa atendida (unidade)	N/D	N/D
06	452	0663	8692	A	4	(unidade)	N/D	N/D
06	181	0663	86A1	A	3	Não se aplica	N/D	N/D
06	122	750	2000	A	3	Não se aplica	N/D	N/D
06	181	1386	8698	A	4	Sistema mantido (% de manutenção)	N/D	N/D
06	181	1386	200G	A	4	Não se aplica	N/D	N/D
06	181	1386	8623	A	4	Não se aplica	N/D	N/D

Fonte: SIAFI Gerencial
 Legenda: N/D (Não disponível) significa que as metas são do DPRF e este não repassou metas regionais para as UJs.

2.3.3. Gestão das Ações por Programa

2.3.3.1. Programas

2.3.3.1.1 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal

2.3.3.1.1.1 Dados Gerais

Tipo	Finalístico
Objetivo Geral	Prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura física e seus meios finalísticos de potencial laborativo, a fim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança pública.
Gerente do Programa	Hélio Cardoso Derenne
Gerente Executivo	Ricardo Max de Oliveira Pereira –CGPLAM/DPRF
Indicadores ou parâmetros utilizados	Coefficiente de Adequação das Instalações Físicas
Publico Alvo	Departamento de Polícia Rodoviária Federal e usuários de Rodovias Federa

Valor Descentralizado: **R\$ 677.895,91**

Principais Ações do Programa

8698 Manutenção e Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação

8623 Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

200G Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

2.3.3.1.1.1.1 AÇÃO 8698 - Manutenção e Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação

Tipo da Ação	Projeto
Finalidade	Manutenir e modernizar os sistemas / equipamentos de telecomunicação e informática, propiciando o efetivo funcionamento, sem interrupções, dos sistemas de Tecnologia da Informação do DPRF a fim de proporcionar à sociedade, o acesso contínuo aos serviços e informações sobre rodovias, multas, e
Descrição	Reforma, modernização e manutenção de torres de comunicação e repetidoras. Manutenção da rede de dados e telefonia do órgão. Manutenção dos sistemas. Manutenção dos equipamentos de informática. Suprimentos de Informática. Pagamento de diárias e passagens para a equipe técnica. Contratação sistemas. Manutenção dos equipamentos de informática. Suprimentos de Informática. Pagamento de diárias e passagens para a equipe técnica. Contratação de empresas e consultorias especializadas para analisar as demandas e desenvolver projetos de melhoria dos sistemas. Desenvolvimento de sistemas computacionais para utilização pela sociedade para obter informações sobre processos, condições de rodovias, acidentes, estatísticas, consulta de infrações, comunicação de roubo e furto de veículos, emissão de autorizações, etc.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Coordenador nacional da ação	Ednilson Bruno
Unidades executoras	Departamento de Polícia Rodoviária Federal e Unidades Regionais

Valor Descentralizado: **R\$ 572.679,80**

Principais Resultados

Essa área é responsável por toda as ações que se referem à especificação, testes, configuração, validação e homologação de qualquer equipamento ou tecnologia necessária ao bom funcionamento dos serviços nas áreas de informática e telecomunicações, também respondendo pelo suporte técnico aos usuários de informática e telecomunicações (telefonia e rádio), cuidando das manutenções corretivas dos equipamentos e auxiliando na instalação e utilização dos programas e sistemas.

Atualmente a equipe é composta por apenas 03 policiais e 1 estagiário, para atender tanto a área de informática, quanto à área de telecomunicações. Valendo ressaltar ainda, que esta Regional possui uma Rede Espelho do DPRF, a qual além de dar suporte aos estados do norte e nordeste, possibilita que em caso de pane na Rede Central, o restante dos estados brasileiros migrarão para a Rede existente nesta Regional.

Devido à alta carga de atribuições tem-se buscado uma melhoria no gerenciamento nos recursos sob a responsabilidade da área. No ano de 2010 foram executadas várias atividades, tais como:

- Substituição de peças, reinstalação e configuração de estações de trabalho e servidores, reinstalação e configuração de sistema operacional e demais aplicativos de trabalho;
- Suporte aos usuários da sede e postos;
- Instrução de processo para contratação de empresa para prestação de serviço de manutenção de radiocomunicação. O Pregão Eletrônico para este fim foi finalizado com êxito em 2010. Tal contratação é de suma importância para esta UJ.
- Manutenção nos postos;
- Fase final para contratação de novo serviço de telefonia fixa (E1) visando com isto, buscar valores mais vantajosos que os executados em exercícios anteriores.
- Migração da central telefônica, utilizando um servidor VOIP. A central também permitiu uma maior flexibilidade para atendimento das demandas das diversas áreas referentes à telefonia, em especial a CIOP.
- Planejamento de ação para implementação processo para contratação de empresa para prestação de serviços de outsourcing de impressão, contemplando os postos e a sede. Esperamos que tal Pregão Eletrônico seja finalizado em meados de 2011.
- Implementação do antitrote para o número 191.

Para 2011, a área de telemática pretende:

- Implementar software para controle de abertura de chamados, permitindo um melhor monitoramento de todos os chamados abertos, além de facilitar possíveis pendências de atendimento.
- Implementar software de gerenciamento, buscando uma melhor gestão da rede sob responsabilidade da área de telemática, permitindo ainda agir proativamente, antes da percepção dos usuários finais.
 - Realizar melhorias no sistema de rádio comunicação utilizado pela regional.
 - Melhorar link de dados para Postos de Fiscalização.
 - Melhorar a fiscalização dos contratos, buscando redução de gastos.
 - Instalar link redundante para a sede da regional buscando uma melhoria na disponibilidade.
- Interligar a rede de dados da área de inteligência com a sede da UJ.

2.3.3.1.1.2 Ação 8623 – Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Projeto
Finalidade	Adequar as instalações físicas e edificações do DPRF aos conceitos e normatizações atualizados em segurança ergonômica e inclusão social, franqueando suas instalações ao acesso de deficientes físicos e portadores de deficiência motora.
Descrição	Reformas dos espaços físicos existentes, adequando as necessidades do órgão, no que tange o desenvolvimento de sua atividade finalística e meio, considerando as condições de infra-estrutura dos imóveis repassados pelo antigo Departamento Nacional de Estradas e Rodagens, as novas demandas na área de Segurança Pública e a Instrução Normativa nº 10/DG/DPRF/MJ.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidade executora	16ª SPRF/CE
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Planejamento e Projeto de Infra-Estrutura
Coordenador nacional da ação	GIVALDO MEDEIROS DA SILVA
Responsável pela execução da ação a nível local	Ubiratan Roberto de Paula

Valor Descentralizado: **R\$ 14.639,48**

Principais Resultados

Essa área é responsável por todas as ações que se referem à reforma dos postos de fiscalização/ ou delegacias, as quais se traduziriam em melhores condições de trabalho aos policiais que labutam na 16ª Superintendência.

2.3.3.1.1.1.3 Ação 200G – Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Projeto
Finalidade	Prover a estrutura organizacional do DPRF de instalações físicas e edificações aptas ao desenvolvimento de suas atividades laborativas. Atender às novas demandas da sociedade em Segurança Pública nas Rodovias, Estradas Federais e suas áreas marginais, gerando condições físicas favoráveis à melhor aplicabilidade e representatividade do Estado em todas as Regiões Brasileiras, sob um foco estratégico.
Descrição	Construção e ampliação de edificações que resultam diretamente no desenvolvimento das atividades da Instituição, com instalações modernas, seguras, representativas, funcionais que permitam a total integração entre todos os órgãos de Segurança Pública de Governo, com o objetivo principal de exercer, efetivamente o poder de polícia nas diversas áreas do país.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidade executora	16ª SPRF/CE
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Planejamento e Projeto de Infra-Estrutura
Coordenador nacional da ação	GIVALDO MEDEIROS DA SILVA
Responsável pela execução da ação a nível local	Ubiratan Roberto de Paula

Valor Descentralizado: **R\$ 90.577,63**

Principais Resultados

Essa área é responsável por toda as ações que se referem à construção e/ou ampliação dos postos de fiscalização e/ou delegacias, as quais se traduziram em melhores condições de trabalho principalmente, para os policiais que labutam na atividade fim, ou seja, fiscalização das rodovias federais sob circunscrição desta Regional.

2.3.3.1.2.1.1 AÇÃO 2524 – Capacitação do Policial Rodoviário Federal

Tipo	Atividade
Finalidade	Formar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os candidatos às atividades inerentes da Polícia Rodoviária Federal. Capacitar e qualificar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os servidores para o melhor desempenho de suas atribuições.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas à formação dos candidatos habilitando-os as atividades da Polícia Rodoviária Federal. Capacitação dos policiais rodoviários. Custeio de eventos, pagamento de hora aula aos instrutores, orientadores e colaboradores eventuais do DPRF, pagamento de passagens e diárias quando em viagem para capacitação, taxas de inscrição, taxas de inscrição em cursos, aquisição, de material específico para treinamento e outras despesas correlatas à formação e capacitação do policial. Realização de treinamentos, cursos de capacitação, de requalificação e de qualificação profissional das atividades específicas para atuação do Policial Rodoviário Federal, com implementação de novas alternativas tecnológicas e gerenciais que desenvolvam a eficiência e eficácia dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal à sociedade. Aplicação do Decreto nº 2794/98, do Decreto nº 1655, da Lei nº 9654/98 e PNSP (Lei nº 10.201/2001). Implementação e execução do ensino a distancia, com os insumos necessário a possibilitar a realização de cursos de formação.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidade executora	16ª SPRF/CE
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Ensino
Coordenador nacional da ação	Neemias Gonçalves de Carvalho
Responsável pela execução da ação a nível local	Ubiratan Roberto de Paula

Valor descentralizado: **R\$ 183.678,47**

Principais Resultados

A capacitação profissional não só dá condições para o exercício pleno de determinadas categorias profissionais como também objetiva preparar o indivíduo para o melhor desempenho do trabalho, oferecendo a oportunidade de uma melhor adaptação ao meio em que desempenhará suas atribuições, uma vez que o Policial Rodoviário Federal deverá estar pronto, com postura, hábitos e atitudes condizentes às exigências desse universo de atuação que são as rodovias federais.

Nas atividades de capacitação profissional objetiva-se que os servidores se preparem tanto para as atividades operacionais como para as atividades auxiliares, oferecendo-lhes as possibilidades e alternativas de desempenho de suas atribuições, por meio de opções de atividades que correspondam à demanda atualizada da Instituição.

No processo de capacitação profissional é importante que se trabalhe as habilidades básicas, específicas e de gestão, ou seja, além de aprender especificamente a profissão de policial, o servidor será estimulado a exercitar suas competências individuais, sua capacidade de tomar decisões, bem como o seu processo de desenvolvimento no trabalho e fortalecimento da organização.

A 16ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal, junto com a Coordenação de Ensino busca permanentemente, promover a formação humana e profissional dos servidores desta Superintendente Regional, para a atuação responsável e segura na sociedade, buscando assegurar ensino de qualidade com bases científicas, interdisciplinaridade e visão atualizada, domínio e aplicação de tecnologias educacionais, formas participativas e práticas inovadoras de ensino e aprendizagem.

Deste modo buscando implementar o *conhecimento, que é saber fazer e compreender porque fazê-lo*, desenvolvendo *habilidades, que refere-se ao saber como fazer* e buscando uma mudança de atitude dos servidores, *atitude que refere-se ao querer fazer*.

Segue abaixo quadro demonstrativo com as principais ações realizadas por esta Regional:

2.3.3.1.2.1.2 AÇÃO 2723 – Policiamento Ostensivo nas Rodovias Federais

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Promover a segurança do trânsito (preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio) nas rodovias e estradas federais, bem como contribuir para a promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia.
Descrição	Execução de policiamento ostensivo preventivo diuturnamente, fiscalizando e controlando o trânsito; realizar Operações e Comandos Específicos de fiscalização do transporte de pessoas e bens (cargas); Intensificar o policiamento por ocasião das festas e feriados nacionais e regionais (aumento do fluxo de veículos e pessoas); prevenir e atender as ocorrências de acidentes de trânsito; combater as infrações e crimes de trânsito; executar escoltas, bem como credenciar as empresas especializadas para tal fim; controlar o trânsito em situações excepcionais (queda de barreira, alagamentos, bloqueios, entre outros); credenciar as empresas especializadas para realização da Inspeção Técnica Veicular. Pagamento de diárias e passagens. Aquisição de formulários operacionais para as atividades acima. Adquirir e manter armas e munição correspondente, equipamentos e materiais para a fiscalização e controle de trânsito. Adquirir e manter equipamentos e materiais para atividade de cinotecnia. Aquisição e manutenção de etilômetros. Aquisição de uniforme, coldre, algemas, lanterna, capacetes, capa de chuva, luvas, coletes balísticos, coletes reflexivos, e demais equipamentos necessários à atividade. Abastecimento dos veículos e aeronaves com combustíveis e lubrificantes; manutenção e substituição de peças e componentes que comprometam a utilização dos equipamentos; bem como, com o provimento das demais medidas pertinentes à circulação dos veículos e aeronaves, tais como, registro, licenciamento, manuais, taxas, seguro e outras exigências previstas em legislação; outros serviços e fornecimento de materiais específicos (pintura, placas de sinalização, taxa pela prestação de serviços, outros).
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Coordenador nacional da ação	Alvarez Simões Filho
Unidades executoras	Departamento de Polícia Rodoviária Federal e Unidades Regionais

Valor Descentralizado: **R\$ 1.390.661,60**

Principais Resultados:

A 16ª Superintendência possui sob sua circunscrição 1.740 quilômetros de malha viária divididos em 4 rodovias, em uma região de grande complexidade tanto nas questões de trânsito quanto nas questões criminais. Fortaleza como atrativo centro turístico na região nordeste, junto ao crescimento desordenado ao longo das rodovias federais na região do entorno da cidade exige uma resposta apropriada por parte da PRF tanto no patrulhamento das rodovias quanto nas demais ações de combate ao crime. A Seção de Policiamento e Fiscalização é responsável pela estrutura operacional da 16ª Superintendência na qual estão indiretamente subordinados 15 (quinze) postos, na parte administrativa possui o Núcleo de Multas e Penalidades, Núcleo de Acidente, respondendo pela parte de Estatística, a Comissão de Análise de Defesa da Autuação. A regional conta ainda com o serviço do Núcleo de Operações Especiais-NOE que realiza diversas operações pontuais em conjunto com o Grupo de Operações com Cães-GOC. O fato do estado do Ceará ser altamente permeado por rodovias federais, torna o leque de atuação da regional bastante extenso, indo desde o atendimento a usuários das rodovias à repressão dos diversos crimes, fazendo com que o policial tenha inúmeras atribuições no seu dia a dia.

Quanto às metas de taxa de variação de acidentes e taxa de mortalidade o fato primordial que influencia nestas metas nos trechos sob nossa circunscrição é o alto crescimento demográfico da Região Metropolitana de Fortaleza, que apresenta crescimento muito alto, um dos maiores, senão o maior do nordeste, no entanto de maneira desordenada na maioria das vezes, fato que culmina com o crescimento acelerado da frota veicular na região, segundo dados estatísticos a frota veicular na região cresce cerca de 10% ao ano, superior a média nacional, fato que resulta em um enorme fluxo de veículos nos horários de pico, principalmente, saturando as principais vias de acesso a Fortaleza, que ao adentrar mais amiúde na área urbana tem seu tráfego estrangulado por vias aquém da capacidade de receber o fluxo oriundo das rodovias federais.

Outro fator importante, as principais rodovias federais que cortam o Estado carecem de urgentes reparos e/ ou obras. Aliado a essas circunstâncias, os trechos citados (Região Metropolitana), são as principais vias de escoamento e transporte de passageiros no Estado, são em sua esmagadora maioria, urbanos, onde há intenso fluxo de veículo durante todo o dia, conforme estatística elaborada pela regional, pode-se concluir que a grande maioria dos acidentes de trânsito ocorreu nesses trechos urbanos. Todos os órgãos competentes para manter e sinalizar adequadamente essas rodovias e seus acessos já foram devidamente oficiados e informados da precariedade da sinalização e o estado bastante precário de nossas vias.

Diante o exposto e devido o baixo efetivo da 16ª SRPRF foi necessário otimizar os recursos humanos, realizando levantamento estatísticos, monitorando pontos críticos de acidente para elaboração do cartão programa dos postos. Porém em diversos dias as equipes dos postos realizaram somente atendimento de acidentes, finalizando um e deslocando para outro, sem realizar o policiamento preventivo, este fato poderia ser melhorado se tivéssemos um Boletim de Acidentes Simplificado para Acidentes sem vítima, pois hoje o boletim com vítima e sem vítima é tratado da mesma forma. O policial demora no atendimento do acidente sem vítima e demora ainda mais no lançamento no sistema BR-Brasil.

No atingimento das metas de procedimentos de fiscalização a dificuldade encontrada foi devida em parte, às decisões sindicais ocorridas por todo o exercício de 2010, por parte do SINDPRF/CE e da FENAPRF, que instigaram os policiais a descumprirem a norma legal em vigor, já que esta orientava o efetivo a não realizar os procedimentos de fiscalização instituídos pela portaria 30/DG/DPRF/2010.

Diante dos fatos narrados, esta Administração a exemplo do que já ocorre em outras Regionais, em consonância com os órgãos de controle, tentará adotar a ferramenta denominada “Termo de Ajuste de Conduta -TAC”, na qual mediante compromisso do servidor em não reiterar a conduta infracional, a administração abre mão do “jus puniendi”, evitando a instauração de processos administrativos disciplinares e as consequentes e indesejáveis punições. Caso o policial

volte novamente a descumprir a norma legal, a benesse será revogada e o servidor responderá disciplinarmente por todos as infrações disciplinares, inclusive as abrangidas pelo TAC, tal medida visa sanar as irregularidades e evitar sua ocorrência posterior. Vale ressaltar que essas medidas a surtirem o efeito desejado, a 16ª SRPRF/CE encerrará o exercício seguinte dentro da meta estipulada.

ACIDENTES DE TRÂNSITO

INDICE DE ACIDENTES	2009	2010
Total Acidentes	2.916	3.779
Frota Nacional	59.361.642	64.817.974
Acidente/1.000.000 veículos	49,12	56,96
Varição do Índice	--	15,96%
Mortos	141	276
Mortos/1.000.000 veículos	2,376	4,042
Varição do Índice	--	70,11%
Feridos	1.829	2.593
Feridos/1.000.000 veículos	30,81	40,00
Varição do Índice	--	29,82%

FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO

TIPO	Quantidade em 2009	Quantidade em 2010
AI's	63.586	68.081
Veículos Retidos	2.440	2.661
CNH Recolhidas	266	802
CRLV's Retidos	7.333	7.147

APREENSÕES

Item	Unidade de medida	Quantidade em 2009	Quantidade em 2010
Pessoas Detidas	Unidade	641	853
Maconha	Gramas	19.692	42
Cocaína	Gramas	233	50.125
Crack	Gramas	403	100
CD/DVD's	Unidade	1.890	52.400
Cigarro	Pacote	310	200
Informática	Unidade	-	535
Eletrônicos	Unidade	-	15
Medicamentos	Unidade	20.160	1.920
Armas	Unidade	46	48
Munições	Unidade	737	911
Veículos Recuperados	Unidade	77	112

FONTE: Se.PF/16ªSRPF/CE.

Principais ações operacionais desenvolvidas

Operações Nacionais:

Operações dos feriados nacionais visando a normalidade do fluxo de trânsito e a redução das taxas de acidentalidade e mortalidade.

Operações de Comandos Específicos:

Operações pontuais visando auxiliar no cumprimento das metas.

Comandos Educativos: Operação específica de cunho educativo, com entrega de folhetos, recomendações aos motoristas entre outras ações.

Comando de Saúde: Operação com o intuito de monitorar a saúde dos motoristas profissionais.

Operação Imprensa: Operação com forte apelo para mídia que potencializa a conscientização do trânsito seguro. Operações com temas específicos como transitar pelo acostamento, cinto de segurança do passageiro do banco traseiro, cinto de segurança nos ônibus interestaduais, motociclistas, equipamentos de segurança, transporte escolar, entre outros farão parte de nosso planejamento de ações para 2011.

Operações Especiais

Operação NOE – Operações planejadas em conjunto com o chefe do NOE e adjunto dos postos visando o combate ao crime.

Operações Temáticas

Operação temática de fiscalização de peso e fiscalização de transporte interestadual de passageiros e de carga (ANTT). Deverão fazer parte mais efetivamente de nosso trabalho para o exercício de 2011, esses tipos de operações.

2.3.3.1.2.1.3 AÇÃO: 2816 – Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Atividade
Finalidade	Atuar, por meio de trabalhos de inteligência, na prevenção e combate a crimes ocorridos nas rodovias e estradas federais, especialmente no que se refere a assaltos a veículos, ônibus de passageiros e caminhões de carga, bem como encaminhar à Justiça pessoas foragidas, procuradas ou autuadas na prática de delitos
Descrição	Coleta de informações, em toda a malha rodoviária federal, por policiais da Coordenação de Inteligência e Núcleos de Inteligência das Regionais, visando ao levantamento de dados que subsidiem o planejamento de ações de caráter ostensivo em pontos críticos ou operações emergenciais de combate ao roubo de cargas, a assaltos, ao tráfico de drogas, à prostituição infantil, ao trabalho escravo, dentre outros
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Inteligência
Coordenador nacional da ação	JOSEMAR MONTEIRO BARROS
Responsável pela execução da ação no nível local	Ubiratan Roberto de Paula

Valor Descentralizado: **R\$ 35.070,75**

Durante o ano de 2010 foi destinado à atividade de Inteligência desta Superintendência o montante acima especificado para atender à área finalística daquele Núcleo, cumprindo ressaltar que em sua maioria o orçamento, mais especificamente, R\$ 22.403,50, foi descentralizado para cobrir despesa com deslocamento de equipes para realizar tarefas de inteligência, seja na área de planejamento, seja na área finalística propriamente dita.

Ao todo foram executados R\$ 35.070,75, ou seja, 100% do orçamento disponibilizado, sendo executado na totalidade, ressaltando que este valor apesar de aquém das necessidades do setor, foi de certa forma um pouco melhor já que foi bem mais substancial que o disponibilizado no exercício anterior.

2.3.3.1.2.1.4 AÇÃO 4290 – Atividade de Saúde nas Rodovias Federais

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Prestar atendimento pré-hospitalar e resgate emergencial às vítimas de acidentes, bem como demais atividades de saúde no âmbito das rodovias.
Descrição	Atendimento pré-hospitalar e resgate, transporte inter hospitalar, apoio de saúde a dignitários e a outros órgãos, comandos de saúde preventivos, apoio de saúde a unidades e operações do DPRF, investigação relativa ao uso de álcool e outras drogas psicoativas, bem como aquisição de material permanente e estabelecimento de parcerias correlacionadas a finalidade supracitada.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Coordenador nacional da ação	Lejandre Monteiro
Unidades executoras	Departamento de Polícia Rodoviária Federal e Unidades Regionais

Valor Descentralizado: **R\$ 49.197,72**

Principais Resultados:

O comando de saúde nas rodovias (CSR) é um programa do departamento de polícia rodoviária federal (DPRF) em parceria com o Sest-Senat, o objetivo detectar patologias em motoristas de carga e orientá-los para tratamento, tal comando faz parte do planejamento de redução de acidentes do DPRF.

As orientações para realização do comando são repassadas pela divisão de saúde e assistência social (DISAS) anualmente, em 2010 ficou estipulada a realização de quatro comandos de saúde nas rodovias, foram realizados três, pois o 3º CSR que seria deflagrado em outubro foi cancelado porque a legislação veda a realização deste tipo de evento no período eleitoral.

O CSR-2010 foi realizado pela 16ª SRPRF-CE em parceria com a Secretaria de Saúde do CE. Na estrutura do comando o motorista passa por sete estações onde são feitos exames de carga horária excessiva, tabagismo, etilismo sonolência diurna, índice de massa corpórea (IMC), pressão arterial, frequência cardíaca, triglicérides, glicose, colesterol, acuidade visual e auditiva, força e reação ao ofuscamento, e no final do circuito são passadas orientações médicas e se o cidadão tiver alguma doença detectada e for residente em nossa capital ele é encaminhado para tratamento no SUS.

Resultados do CSR 2010:

CSR	MOTORISTAS EXAMINADOS
1º	82
2º	86
3º	Não realizado conforme justificativa acima
4º	98

2.3.3.1.2.1.5 AÇÃO 86A1 – Processamento, Remuneração dos DETRANS e Arrecadação de Multas Aplicadas pela PRF

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Prover a estrutura administrativa do DPRF/MJ dos mecanismos necessários à autuação, processamento, notificações e arrecadação de multas aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal em decorrência das infrações à legislação de trânsito e transporte.
Descrição	A ação é desenvolvida no sentido de fornecer o apoio administrativo e operacional, desde a autuação às infrações de trânsito e transporte, envolvendo a confecção de autos de infração e demais formulários necessários aos procedimentos administrativos, até o recolhimento das multas aplicadas, tais como: locação de mão-de-obra, máquinas e equipamentos, contratação de empresas de processamento de dados e ou desenvolvimento de sistemas, envio de notificações e correspondências, apoio administrativo e financeiro as Comissões de Análise de Defesa da Autuação - CADA e Juntas Administrativas de Recursos de Infrações JARI, pagamento de JETON às JARI's e outras decorrentes de convênios, como DETRAN. Pagamento de despesas decorrentes de convênios, acordos e contratos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Coordenador nacional da ação	Jerry Adriane Dias Rodrigues
Unidades executoras	Departamento de Polícia Rodoviária Federal e Unidades Regionais

Valor Descentralizado: **R\$ 4.102,00**

Principais Resultados:

No que concerne aos processos relacionados à lei 9.503/97, foram instruídos processos, entre recurso de multas, emissão de boleto, notificação pessoal e transferência de responsabilidade.

Foram abertos processos de autuações oriundas do Convênio ANNT/PRF (passageiros/carga), que, por excesso de trabalho e/ou falta de servidor, não foram cadastrados na sua totalidade. A fiscalização de produtos perigosos gerou a autuação de um número considerável de processos.

A falta de disponibilidade orçamentária para envio das notificações, na ação correspondente, no segundo semestre, gerou um grande transtorno aos usuários, bem como ao Núcleo, ficando a cargo do mesmo o trabalho de notificação. Esta dificuldade foi superada na segunda quinzena de dezembro, com o recebimento de crédito orçamentário extra.

A arrecadação dos valores referentes às multas aplicadas está assegurada, quando da emissão do certificado de licenciamento anual, pelo repasse das informações ao DETRAN, através do sistema RENAINF, coordenado pelo DENATRAN.

A comissão de análise de defesa da autuação teve um aumento expressivo do volume de processos recebidos, fato motivado pelo trabalho incansável realizado pelos policiais da área finalística.

2.3.3.1.2.1.6 AÇÃO 8692 – Educação de Trânsito para Usuários

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Aumentar a conscientização, a reeducação e a mudança cultural do cidadão relativas ao tema trânsito como forma de exercício de cidadania, inclusive desenvolvendo no cidadão um comportamento pró-ativo a fim de diminuir o índice de acidentes e mortes nas rodovias federais.
Descrição	Realização de palestras, seminários e outras atividades relacionadas à educação de trânsito, com enfoque no trânsito em rodovias. Pagamento de diárias e passagens e aquisição de material didático.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Coordenador nacional da ação	
Unidades executoras	Departamento de Polícia Rodoviária Federal e Unidades Regionais

Valor Descentralizado: **R\$ 1.000,00**

Principais Resultados:

As ações de Educação para o trânsito em 2010 tiveram como foco a realização de palestras e cursos.

Trânsito com Cidadania

Foi lançado pelo DPRF o Projeto “Trânsito com Cidadania”, com público-alvo formado por motoristas de caminhões, de ônibus e alunos dos Centros de Formação de Condutores. Nas regionais foram criadas comissões as quais, por determinação do Diretor Geral do DPRF, eram presididas pelo Corregedor Regional.

Foi realizada por restrições orçamentárias, apenas uma palestra por esta Regional para um público alvo de 150 (cento e cinquenta) alunos e professores da Escola de Ensino Infantil e Fundamental Manoel Coelho da Cruz, localizada no Município de Irauçuba.

2.3.3.1.3 Programa 0750 – Apoio Administrativo.

2.3.3.1.3.1 Dados Gerais

Tipo de programa	Apoio Administrativo
Objetivo geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos
Gerente de programa	Não Existe
Gerente Executivo	Não Existe
Indicadores ou parâmetros utilizados	Não Existe
Público Alvo	Governo

Principais Ações do Programa
2000 Administração da Unidade

2.3.3.3.1.1 AÇÃO 2000 - Administração da Unidade

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	Esta ação constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas à determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Coordenador nacional da ação	Erinaldo Rodrigues Roberto
Unidades executoras	Departamento de Polícia Rodoviária Federal e Unidades Regionais

Valor Descentralizado: **R\$ 2.187.411,06**

Principais Resultados:

Esta ação representa o maior volume de gastos da Unidade. Fornece os meios necessários para que a Polícia Rodoviária Federal desenvolva plenamente sua atividade fim na consecução de seus objetivos e, também, atende as demanda da atividade meio. Embora represente o maior volume de recursos executados, sua manutenção é condição indispensável para o salutar desenvolvimento das atividades fim e meio desta Unidade. Dentre as demandas atendidas por esta ação encontram-se:

- * Água encanada e tratamento de esgoto
- * Energia Elétrica
- * Material de consumo
- * Locação de mão-de-obra
- * Imprensa nacional
- * Concessão de bolsa de estágio
- * Diárias administrativas
- * Licenciamento da frota de veículos
- * Publicidade legal
- * Terceirização

Entre as despesas, destaca-se o valor de **R\$ 922.652,42** para o pagamento dos contratos para prestação dos serviços terceirizados (apoio administrativo, limpeza e vigilância). Tal montante torna evidente a necessidade de nomeação de servidores públicos para atuarem na atividade meio. Salientando que ficaram pendentes algumas parcelas destes contratos a serem quitadas no ano seguinte.

Para a realização de despesas com deslocamentos, ou seja, despesas com diárias e/ou passagens, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal estabeleceu limites de valores para esta Unidade, não sendo possível pactuar metas para estas despesas uma vez que ocorrem em função das demandas que se apresentam no decorrer do exercício. As despesas desta ação atenderam as convocações feitas pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal, no exercício sob exame, bem como atenderam as demandas originadas nesta Unidade.

Os reflexos da carência de efetivo não é privilégio desta ação, dado que o volume de atividades a serem desenvolvidas em um procedimento licitatório para a contratação de serviços terceirizados, por exemplo, demandam tempo, envolvem várias pessoas e requerem a atuação de servidor com conhecimentos na área de compras públicas. Os reflexos continuam na designação de servidor para acompanhamento do contrato e aplicação do que foi avençado e do que consta nos respectivos normativos que regem a matéria. No entanto, conseguimos atender as demandas de competência desta ação, proporcionando, assim, condições satisfatórias de trabalho para todos setores desta Unidade.

2.4. Desempenho Orçamentário/Financeiro

Este grupo de demonstrativos está estruturado em três partes distintas e complementares, quais sejam: Programação Orçamentária da Despesa; Execução Orçamentária da Despesa e Indicadores Institucionais.

2.4.1. Programação Orçamentária da Despesa

O único ato de planejamento da proposta orçamentária que esta UJ realiza é o envio anual à Divisão de Planejamento do DPRF de planilha com as principais demandas da UJ para o exercício subsequente.

2.4.2. Execução Orçamentária da Despesa

As informações sobre a Execução Orçamentária estão divididas em 1 conjunto de demonstrativos, que se subdividem em quadros, conforme a seguir:

Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação:

- a. Despesas por Modalidade de Contratação;
- b. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa;
- c. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.

Os conjuntos de demonstrativos relacionados acima são compostos por três (3) quadros semelhantes: Despesas por Modalidade de Contratação; Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa; Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.

2.4.2.1. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pelo 16ª SRPRF por Movimentação

2.4.2.1.1 Quadro de Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Quadro 2.4.2.1.1 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação		
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada	
	2009	2010
Licitação		
Convite	130.011,01	--
Tomada de Preços	687.041,20	90.577,63
Pregão	3.177.460,87	4.385.981,10
Dispensa	585.762,50	609.862,79
Inexigibilidade	94.399,88	135.514,55
Não se aplica	638.544,94	638.389,39
Fonte: SIAFI Gerencial 2010 – DPRF		

2.4.2.1.2. Quadro de Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Quadro de Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Quadro 2.4.2.1.2 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação								
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal	60082,27	78.052,38	60082,27	78.052,38	0	0	0	78.052,38
1º elemento de despesa - 08 Outros Benefícios Assistenciais	60082,27	78.052,38	60082,27	78.052,38	0	0	0	78.052,38
2 – Juros e Encargos da Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0
3- Outras Despesas Correntes	4.388.058,60	4.071.839,32	3.767.739,04	3.581.053,66	620.319,56	490.785,66	3.756.750,17	3.553.831,15
1º elemento de despesa 39 – Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	1.691.650,31	1.516.003,31	1.244.631,61	1.372.612,93	447.018,70	143.390,38	1.244.631,61	1.345.657,30
2º elemento de despesa 37 – Locação de mão de obra	1.045.080,34	963.632,99	1.045.080,34	922.652,42	0	40.980,57	1.045.080,34	922.652,42
3º elemento de despesa 30 – Material de consumo	894.137,12	737.730,00	760.024,29	556.605,51	134.112,83	181.124,49	755.783,37	556.338,63
Demais elementos do grupo	757.190,83	854.473,02	718.002,80	729.182,80	39.188,03	125.290,22	711.254,85	729.182,80
Fonte: SIAFI Gerencial 2010 – DPRF								

2.4.2.1.3. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Quadro 2.4.2.1.3 – Despesa por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação							Valores em R\$	
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 – Investimentos	86.5161,8	448.018,38	0	202.441,48	833.734,20	245.576,90	26.214,40	151.020,89
1º elemento de despesa 51 -	65.8894,2	90.577,63	0	90.577,63	658894,20	0	0	73.345,89
2º elemento de despesa 52 -	206.267,60	357.440,75	0	111.863,85	174.840,00	245.576,90	26.214,40	77.675,00
5 - Inversões Financeiras	0	0	0	0	0	0	0	0
6 - Amortização da Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0
Fonte: Relatório de Gestão 2009 e SIAFI Gerencial 2010								

Análise crítica

Analisando o Quadro comparativo 2009-2010 de Despesas por Modalidade de Contratação observa-se redução significativa das despesas por Contratação Direta na modalidade de dispensa de licitação, tanto em referência à quantidade como no valor contratado, exceção para contratação de apoio administrativo que foi realizado contrato emergencial com anuência da AGU através de seu Núcleo local.

A Instrução Normativa MPOG nº 02/2008 representou um avanço, uma vez que modificou a forma de contratação de mão de obra para a prestação de serviços de natureza continuada, implicando na redução dos valores contratados. No entanto, a contratação de mão de obra continua a representar o maior volume de gastos no grupo de natureza de despesa “3 - outras despesas correntes”, essenciais para desempenho das atividades atribuídas a esta Unidade.

O incremento no volume da despesa verificado no elemento de despesa “52 - equipamentos e material permanente”, do grupo de natureza de despesa “4 - investimentos”, refere-se a aquisição de viaturas ocorrida no exercício em exame. Neste caso, as quantidades de viaturas a serem adquiridas por cada Unidade Gestora são fixadas pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal, cabendo as suas Unidades a efetivação da aquisição.

O planejamento desta Unidade volta-se, precipuamente, para aquelas atividades mantenedoras das condições essenciais para o desenvolvimento de suas atribuições. O incremento de nova despesa, que envolva considerável quantidade de recursos, fica a cargo do planejamento nacional do Departamento de Polícia Rodoviária Federal. Desta forma, diante do volume de despesa executado, frente a previsão orçamentária da despesa do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, esta Unidade não encontra maiores dificuldades na disponibilização de recursos para execução das ações. Não significa dizer que estamos diante de situação ideal para atingimento do interesse público, haja visto que a situação ideal implicaria, dentre outros fatores, em um aumento significativo de efetivo.

Dentre as dificuldades enfrentadas no desempenho de suas funções durante o transcorrer do exercício em análise, merece destaque, mais uma vez, a exemplo do acontece em exercícios anteriores, a carência de efetivo da qual padece esta Unidade. O reduzido número de servidores

lotados nesta Unidade reflete tanto no desempenho da atividade fim atribuída a esta 16ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal, como no desempenho das atividades administrativas, que servem de suporte a atividade fim.

Vale salientar neste tópico que o preenchimento dos quadros acima e subsequentes foi de responsabilidade do DPRF, que nos repassou as planilhas apenas para auxiliar-nos a complementar os tais quadros, haja visto que nenhum servidor nesta Regional tem senha de acesso ao SIAFI Gerencial, bem como treinamento para uso dessa ferramenta.

2.4.3. Indicadores Institucionais

Foi ministrado curso sobre gestão estratégica para lideranças e o Curso Técnico sobre diagnóstico estratégico institucional. Foi realizada a pesquisa de campo através de lideranças internas (Diretor do DPRF, Coordenadores-Gerais do DPRF, Superintendentes das Regionais e Chefes de Distrito) e lideranças externas (ANTT, MPOG, DENATRAN, CGU, Min, Transportes, etc) Ainda, houve o Seminário sobre o Diagnóstico Estratégico Institucional, realizado no final de dezembro de 2010, em Brasília-DF, contando com a presença de todos os Superintendentes Regionais para a elaboração do Sistema de Planejamento e Gestão Estratégica, o qual utiliza a metodologia *Balanced Scorecard* alinhada à Gestão por Competências. Como consequência foi elaborado o Mapa estratégico do DPRF para 2011-2016, além da Missão, Visão e Valores da Instituição.

Após a finalização dos trabalhos, prevista para o exercício 2011, O DPRF procederá a elaboração de indicadores institucionais que serão acompanhados pelas UJs nos exercícios futuros.

3. INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.

O demonstrativo abaixo refere-se à execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados, desde o exercício subsequente ao da inscrição até o exercício 2010.

4.1. Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

O Quadro 3.1.1. abaixo contempla o montante de restos a pagar de exercícios anteriores inscritos e os respectivos valores. cancelados e pagos acumulados até o final do exercício 2010, bem como o saldo a pagar apurado no dia 31/12/2010, estando dividido em duas partes: Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados, que contêm a mesma estrutura de informação, que se descreve a seguir.

Quadro 4.1.1 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores				Valores em R\$
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a pagar em 31/12/2010
2009	101.950,00	*	*	*
2008	595,89	*	*	*
2007	592,80	*	*	*
2006	326,39	*	*	*
2003	17.949,00	*	*	*

Fonte: SIAFI2010
* Valores não disponíveis pelo DPRF através do SIAFI GERENCIAL, e dificuldades técnicas para obtê-los.

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a pagar em 31/12/2010
2009	265.128,50	*	*	*
2008	93.810,28	*	*	*
2007	103.832,87	*	*	*

Fonte: SIAFI2010
* Valores não disponíveis pelo DPRF através do SIAFI GERENCIAL, e dificuldades técnicas para obtê-los

3.2. Análise Crítica

Os restos a pagar processados em exercícios anteriores a 2010, estão inscritos por dificuldades operacionais e disponibilidade de recursos financeiros e de cancelamento por nossa Unidade e serão baixados em 2011 pela Setorial Contábil do Ministério da Justiça.

O saldo referente ao RP processado inscrito em 2009 será quitado tão logo haja condições financeiras para fazê-lo, haja visto que o veículo já foi entregue, e estamos somente no aguardo de liberação de recurso financeiro para efetivar o devido pagamento. Quanto ao RP processado inscrito em 2003, trata-se de processo que teve sua liquidação prejudicada em virtude da situação fiscal (SICAF) do fornecedor. No que se refere aos RP Processados dos anos restantes deverá ser objeto de uma análise mais acurada para regularização de tais saldos.

No que se refere aos RP não processados será procedida sua regularização, com a ajuda da Setorial Contábil, no próximo exercício, já que por um lapso da administração, não foram liquidados e/ ou cancelados em tempo hábil, de acordo com o prazo previsto pelo Decreto nº 7.418 de 31 de dezembro de 2010, que prorrogou sua validade até o dia 30 de abril de 2011.

4. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

4.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

4.1.1 Quadro

Quadro A4.1.1 – Composição do Quadro de Recursos Humanos – situação em 31/12/2010				
Tipologias dos cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provedimento do cargo efetivo	410	410		
1.1 Membros do poder e agentes políticos				
1.2 Servidores em carreira	390	390		
1.2.1 Servidor de carreira vincula ao órgão descentralizado	390	390		
provisório				
esfera				
1.3 Servidores de contrato temporário				
1.4 Servidores Cedidos ou Licença	1	1		
1.4.1 Cedidos	1	1		
1.4.2 Removidos	6	6	4	2
1.4.3 Licença remunerada				
1.4.4 Licença não remunerada				
2 Provedimento do cargo em comissão	1	1		
2.1 Cargo da natureza de Especial superior				
2.1.1 Servidor de carreira vinculado ao órgão descentralizado				
2.1.3 Servidor de outros órgãos e esfera				
2.1.4 Sem vínculo				
2.1.5 Aposentado	1	1		
2.2 Funções gratificadas				
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão descentralizado	28	28		
2.2.2 Servidor de órgãos e esferas				
3 Total	410	410		

4.1.2 Quadro

Quadro A.4.1.2 – Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária – situação em 31/12/2010					
Tipologias dos cargos	Faixa etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1 Provedimento do cargo efetivo	29	157	134	68	22
1.1 Membros do poder e agentes políticos					
1.2 Servidores em carreira	29	157	134	68	22
1.3 Servidores de Contrato Temporário					
1.4 Servidores Cedidos ou Licença					
2 Provedimento do cargo em comissão					
2.1 Cargo da natureza de Especial					
2.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior					
2.3 Funções gratificadas					

4.1.3 Quadro

Quadro A.4.1.3 – Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária – Situação apurada em 31/12/2010									
Tipologias dos cargos	Nível de escolaridade								
1 Provento do cargo efetivo	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1.1 Membros do poder e agentes políticos					401	09			
1.2 Servidores em carreira									
1.3 Servidores de Contrato Temporário									
1.4 Servidores Cedidos ou Licença									
2 Provento do cargo em comissão									
2.1 Cargo da natureza de Especial									
2.2 Grupo Direção e Assessoramento									
Superior									
2.3 Funções gratificadas									
LEGENDA – Nível de escolaridade									
1 – Analfabeto; 2 – Alfabetizado sem cursos regulares; 3 – Primeiro grau incompleto; 4 – Primeiro grau; 5 – Segundo grau ou técnico; 6 – Superior; 7 – Aperfeiçoamento/Especialização/ Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado; 10 – Não Classificada.									

4.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

4.2.1 Quadro

Quadro A.4.2.1 – Composição do Quadro de Servidores Inativos – Situação em 31/12/2010		
Regime de proventos/Regime de aposentadoria	Quantitativo de servidores	Aposentadorias Em 2010
1 Integral	244	11
1.1 Voluntária		10
1.2 Compulsória		
1.3 Invalidez Permanente		
1.4 Outras		
2 Proporcional		
2.1 Voluntária		
2.2 Compulsória		
2.3 Invalidez Permanente		11
2.4 Outras		

5.2.2 Quadro

Quadro A.5.2.2 – Composição do Quadro de Instituidores de Pensão – Situação 31/12/2010		
Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1 Integral		
2 Proporcional	134	08

4.3 Composição do Quadro de Estagiários

4.3.1 Quadro

Quadro *5.3.1 – Composição do Quadro de Estagiários					
Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estagiários vigentes				Custo do Exercício
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível Superior					
Área Fim					
Área Meio	04	06	05	03	*
Nível Médio					
Área Fim					
Área Meio	36	35	36	33	*

Não há rubrica distinta para estagiários nível médio e superior, somatório geral.
*Não foi apurado valor pelo DPRF para repasse a UJ e não pôde se mensurado por problema operacional

4.4 Quadro de Custos de Recursos Humanos

4.4.1 Quadro

Quadro A.5.4.1 – Composição de custo de Recursos Humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010.								
Quadro próprio								
Tipologia	Qtd	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios e assist. previd	Demais despesas
Estatuários (inclusivo os cedidos, com ônus)								
2008	*	57.816.421,70	4.646.259,40	7.622.801,57	4.112.164,31	*	462.330,93	912.002,20
2009	*	64.961.664,31	44.213,62*	8.234.713,21	4.395.981,02	*	540.435,98	862.566,62
2010	*	72.632.369,64	45.348,12	10.239.386,41	2.181.006,53	*	614.525,41	1.657.598,63
Celetistas (inclusivo os cedidos, com ônus)								
2008								
2009								
2010								
Requisitados com ônus para a UJ								
2008								
2009								
2010								
Requisitados sem ônus para a UJ								
2008								
2009								
2010								
*Não foi apurado valor pelo DPRF para repasse a UJ e não pôde se mensurado por problema operacional								

4.5. Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Os contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra serão demonstrados por intermédio de três (3) demonstrativos: Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene, vigilância ostensiva e apoio administrativo; Contratos de prestação de serviço com locação de mão de obra; Distribuição de pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviços com locação de mão de obra.

O **Quadro 5.5.1** abaixo compreende os contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva que tiveram em vigência no exercício de 2010, mesmo que já encerrados, assim como os novos contratos celebrados no exercício de 2010, mesmo que não efetivados no exercício.

Quadro 4.5.1 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva														
Unidade Contratante														
Nome: Ministério da Justiça – 16ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal														
UG/Gestão:200112							CNPJ:00.394.494/0107-94							
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Situação.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2006	L	O	05/2005	07.417.330/0001-26	02/01/06	01/11/11	36	36						P
2006	V	O	02/2006	06.978.936/0001-78	03/07/10	02/07/11	*	*						P
2008	A	O	03/2008	05.533.521/0001-28	15/03/08	31/07/11			19	19				E
2010	A	E	09/2010	05.633.212/0001-20	04/08/10	30/01/11		19	19					A
Observação:Nenhum dos contratos apresenta a escolaridade exigida dos trabalhadores contratados. * Não foi contratado um quantitativo de vigilantes, e sim, de postos de vigilância														
LEGENDA														
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva, (A) Apoio Administrativo.														
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.														
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.														
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.														
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.														
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.														

O **Quadro 4.5.2** abaixo compreende os contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra que tiveram em vigência no exercício de 2010, mesmo que já encerrados, assim como os novos contratos celebrados no exercício de 2010.

Quadro 4.5.2 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra													
Unidade Contratante													
Nome: Ministério da Justiça – 16ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal													
UG/Gestão: 200112						CNPJ:00.394.494/0107-94							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados				Sit.		
					Início	Fim	F		M			S	
							P	C	P	C		P	C
2006	2	O	05/2005	07.417.330/0001-26	02/01/06	01/11/11	36	36					P
2006	3	O	02/2006	06.978.936/0001-78	03/07/10	02/07/11	*	*					P
2008	1	O	03/2008	05.533.521/0001-28	15/03/08	31/07/11			19	19			E
2010	1	O	09/2010	05.633.212/0001-20	04/08/10	30/01/11		19	19				A
Observação: Os Editais de convocação não previam grau de instrução para os contratados.													
LEGENDA													
Área:													
1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;													
2. Limpeza e Conservação/Manutenção e Conservação de Bens Imóveis													
3. Vigilância Ostensiva;													
4. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;													
4. Serviços de Copa e Cozinha;													
5. Manutenção e conservação de Bens Móveis;													
6. Serviços de Brigada de Incêndio;													
7. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;													
8. Outras.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

O **Quadro 4.5.3** abaixo compreende a situação em 31/12/2010 da distribuição de trabalhadores contratados mediante os contratos de locação de mão de obra relacionados nos Quadros 5.5.2 e 5.5.1 anteriores.

Quadro 5.5.3 - Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de 'prestação de serviço com locação de mão de obra			
Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
05/2005	7	17	Sede e CTNe
05/2005	7	1	Sede da 1ª Delegacia – Caucaia
05/2005	7	1	PF Caucaia
05/2005	7	1	PF Croatá
05/2005	7	1	Sede da 2ª Delegacia – Canindé
05/2005	7	1	PF Canindé
05/2005	7	1	PF Boa Viagem
05/2005	7	1	PF Boisa
05/2005	7	1	Sede da 3ª Delegacia – Russas
05/2005	7	1	PF Chorozinho
05/2005	7	1	PF Aracati
05/2005	7	1	PF Russas
05/2005	7	1	Sede da 4ª Delegacia – Sobral
05/2005	7	1	PF Irauçuba
05/2005	7	1	PF Sobral
05/2005	7	1	PF Tianguá
05/2005	7	1	Sede da 5ª Delegacia – Icó
05/2005	7	1	PF Jaguaribe
05/2005	7	1	PF Icó
05/2005	7	1	PF Milagres
02/2008 e 09/2010	1	19	Sede e CTNe
02/2006	8	2 postos	Sede e CTNe
02/2006	8	1 posto	Sede da 1ª Delegacia – Caucaia
02/2006	8	1 posto	Sede da 2ª Delegacia – Canindé
02/2006	8	1 posto	Sede da 3ª Delegacia – Russas
02/2006	8	1 posto	Sede da 4ª Delegacia – Sobral
02/2006	8	1 posto	Sede da 5ª Delegacia – Icó
LEGENDA			4.Manutenção e conservação de Bens Móveis; 5. Serviços de Brigada de Incêndio; 6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; 7. Higiene e Limpeza; 8. Vigilância Ostensiva; 9. Outras.
<p>Área:</p> <p>1.Apoio Administrativo Técnico e Operacional; 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis; 3. Serviços de Copa e Cozinha;</p>			



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
16ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal
Rodovia BR – 116 km 6, S/N, Cajazeiras, 60.864-190, Fortaleza - CE
Telefone/Fax: (0xx85) 3289 – 3472 – srh.ce@dprf.gov.br

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins e efeitos legais, que, de acordo com as exigências da legislação vigente, todos os servidores constantes do “rol de responsáveis” desta 16ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal, relacionados em anexo, apresentaram a esta Seção de Recursos Humanos, a Declaração de Ajuste Anual de Imposto de Renda ou o Termo de Opção autorizando o acesso às declarações anuais apresentadas a Secretaria da Receita Federal do Brasil, referente ao exercício 2010, ano-base 2009, pelo que, a bem da verdade e do direito, firmo o presente termo.

Fortaleza, 8 de abril de 2.011.

ÁLVARO BARRETO DANTAS
Chefe da Seção de Recursos Humanos



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
16ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal – CE
Seção de Recursos Humanos
Rodovia BR-116 km 6, Cajazeiras, CEP 60.864-190
Fone/Fax: (85) 3289-2431 – E-mail: srh.ce@dprf.gov.br

RELAÇÃO DE SERVIDORES OCUPANTES DE CARGO COMISSONADO E FUNÇÕES GRATIFICADAS
EXERCÍCIO 2010

UORG: 000840 16ª SUP. REG. DE POLICIA ROD. FEDERAL/CE
TITU: 01185340 UBIRATAN ROBERTO DE PAULA

UORG: 000841 SECAO DE POLICIAMENTO E FISCALIZACAO/CE
TITU: 00508493 RICARDO ARAUJO BEZERRA

UORG: 000842 NUCLEO DE OPERACOES ESPECIAIS/CE
TITU: 00509542 FLAVIO PEREIRA FALCAO

UORG: 000843 NUCLEO DE MULTAS E PENALIDADES/CE
TITU: 00497149 PEDRO BORGES SOARES

UORG: 000845 NUCLEO DE REG. ACID. E MED. RODOVIARIA
TITU: 00502169 RITA DE CASSIA CHAVES OLIVEIRA SABOIA

UORG: 000846 SECAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA/CE
TITU: 00497059 AGILDENOR LEITE GOMES

UORG: 000844 NUCLEO DE TELEMATICA
TITU: 00497052 PEDRO SOARES DE SOUSA

UORG: 000847 NUCLEO DE ORCAMENTO E FINANÇAS/CE
TITU: 00502151 AFRANIO PINTO BASTOS

UORG: 000848 NUCLEO DE PATRIMONIO E MATERIAL/CE
TITU: 00500168 MARIA ELENICE ALMEIDA DA SILVA

UORG: 000849 NUCLEO DE DOCUMENTACAO/CE
TITU: 00500300 FRANCISCO JOSE DE ARAUJO PESSOA

UORG: 000850 NUCLEO DE SERVICOS GERAIS/CE
TITU: 00497139 LUIZ LINDEMBERG MACHADO

UORG: 000851 CORREGEDORIA REGIONAL/CE
TITU: 00508496 WILTON MOURAO TORQUATO
UORG: 000852 NUCLEO DE ASSUNTOS INTERNOS/CE
TITU: 00507552 GLAUDIO MOURA JUNIOR

UORG: 000853 SECAO DE RECURSOS HUMANOS/CE
TITU: 00509537 ALVARO BARRETO DANTAS

UORG: 000854 NUCLEO DE ADMINISTRACAO DE PESSOAL/CE
TITU: 00601450 ANTONIO DOS SANTOS

UORG: 000855 NUCLEO DE LEGISLACAO E CAP.DE PESSOAL/CE
TITU: 00497204 ROSSICLER SOUZA DA SILVA

UORG: 000856 NUCLEO DE APOIO TECNICO/CE
TITU: 00509530 ANTONEUDO RIBEIRO LIMA

UORG: 000857 NUCLEO DE COMUNICACAO SOCIAL/CE
TITU: 01239090 DARLAN ANTARES MACIEL SOUTO

UORG: 000858 NUCLEO DE INTELIGENCIA/CE
TITU: 00507538 ELDYR DE CAMPOS CARVALHO FILHO

UORG: 000859 DELEGACIA 16/1 - CAUCAIA/CE
TITU: 00508040 JOAO CICERO CARDOSO GUEDES

UORG: 000860 NUCLEO DE POL. E FISCALIZACAO/DEL 16/1
TITU: 00507549 JOSE NAILSON DA SILVA PARENTE

UORG: 000861 DELEGACIA 16/2 - CANINDE/CE
TITU: 00497092 FRANCISCO WAGNER ALVES BARBOSA

UORG: 000862 NUCLEO DE POL. E FISCALIZACAO/DEL 16/2
TITU: 00507561 ALEXANDRE FERREIRA DO PRADO

UORG: 000863 DELEGACIA 16/3 - RUSSAS/CE
TITU:

UORG: 000864 NUCLEO DE POL. E FISCALIZACAO/DEL 16/3
TITU: 00509534 ORLANDO JOSE LEITAO DE BRITO

UORG: 000865 DELEGACIA 16/4 - SOBRAL/CE
TITU: 00497118 MANOEL MOTA DINIZ

UORG: 000866 NUCLEO DE POL. E FISCALIZACAO/DEL 16/4
TITU: 00508045 JOSE ANCHIETA RODRIGUES

UORG: 000867 DELEGACIA 16/5 - ICO/CE
TITU: 00507544 JOAO MICENO MARQUES LIMA

UORG: 000868 NUCLEO DE POL. E FISCALIZACAO/DEL 16/5
TITU: 00497160 ESTENIO ROLIM DE FREITAS

5. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO 16ª SRPRF.

5.1 Estruturas de Controles Internos da Polícia Rodoviária Federal

5.1.1 Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.			X		
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		X			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			X		
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			X		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.			X		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.			X		
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.		X			
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.		X			
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.		X			
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.		X			
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
<p><u>Considerações gerais:</u> Falta uma capacitação constante e continuada dos servidores das mais diversas áreas, de modo a atender não somente às demandas dos órgãos de controle interno e externo, mas também a atender às necessidades gerenciais e de planejamento da unidade. Somente a área de Corregedoria tem recebido treinamento e capacitação em sua área de atuação de forma efetiva e constante, não tendo, porém, treinamento ou capacitação gerencial em outras áreas que não a sua própria área fim.</p>					
<p>LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

6. INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

6.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

O tópico sobre gestão ambiental e licitações sustentáveis traz questões que o gestor avaliou segundo sua concordância ou não com as afirmações apresentadas no Quadro 6.1 abaixo.

6.1.1. Quadro - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	x				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	x				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			x		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	x				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?		x			
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? Papel reciclado				x	
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	x				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	x				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.				x	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			x		
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.		x			
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.		x			

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
<input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?					
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?	x				
<i>Considerações Gerais:</i>					
<p><u>LEGENDA</u> <i>Níveis de Avaliação:</i> (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

7. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO 16ª SRPRF CLASSIFICADO COMO “BENS DE USO ESPECIAL” DE PROPRIEDADE DA UNIÃO OU LOCADO DE TERCEIROS.

7.1. Gestão e Distribuição Espacial de Bens de Uso Especial de Propriedade da União;

Não foram encontrados em nossos arquivos registros de bens imóveis de propriedade da União, formalmente sob a responsabilidade do 16ª SRPRF.

QUADRO 7.1.1– Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União			
LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	CEARÁ	15	15
	Aracati	01	01
	Boa Viagem	01	01
	Canindé	01	01
	Caucaia	01	01
	Chorozinho	01	01
	Fortaleza	01	01
	Icó	02	02
	Irauçuba	01	01
	Jaguaribe	01	01
	Milagres	01	01
	Russas	01	01
	São Gonçalo do Amarante	01	01
	Sobral	01	01
	Tianguá	01	01
		1	1
Subtotal Brasil		15	15
EXTERIOR	PAÍIS	15	15
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		15	15

Fonte: SPIUNET

7.1.2 Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União de responsabilidade da UJ

QUADRO 7.1.2 1– Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ								
UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
200112	1239.00002.500-7	12	3	3.360,001	--	Não consta no SPIUNET	--	--
200112	1321.00035.500-0	12	3	52.938,75	--	Não consta no SPIUNET	--	--
200112	1347.00013.500-4	12	3	23.347,20	--	Não consta no SPIUNET		
200112	1355.00033.500-4	12	3	34.066,00	--	Não consta no SPIUNET		
200112	1373.00012.500-8	12	3	85.298,40	--	Não consta no SPIUNET		
200112	1389.00509.500-6	12	3	5.572.549,92	--	Não consta no SPIUNET		
200112	1409.01287.500-1	12	3	44.436,00	--	Não consta no SPIUNET		
200112	1409.01288.500-7	12	3	40.776,00	--	Não consta no SPIUNET		
200112	1423.00013.500-3	12	3	1.280,00	--	Não consta no SPIUNET		
200112	1439.00041.500-2	12	3	4.200,00	--	Não consta no SPIUNET		
200112	1467.00008.500-8	12	3	4.080,00	--	Não consta no SPIUNET		
200112	1573.00057.500-0	12	3	15.480,00	--	Não consta no SPIUNET		
200112	1549.00003.500-9	12	3	3.600,00	--	Não consta no SPIUNET		
200112	1559.00392.500-2	12	3	6.720,00	--	Não consta no SPIUNET		
200112	1569.00008.500-0	12	3	1.680,00	--	Não consta no SPIUNET		

Fonte: SPIUNET

No exercício 2010 inexistiram bens imóveis de propriedade da União, formalmente sob a responsabilidade do 16ª SRPRF.

Os imóveis que encontram-se no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet são os 13 Postos Operacionais, 01 sede de Delegacia e 01 sede da Superintendência (compartilhado com DNIT), todos localizados no Estado do Ceará, e distribuídos conforme quadro acima.

08. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) DA UJ, CONTEMPLANDO OS SEGUINTE ASPECTOS:

Quadro 08 – Gestão de TI da UJ					
Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.	x				
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.	x				
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	x				
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	3				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	x				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.	x				
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.	x				
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.			x		
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.	x				
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.	x				
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.	x				
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	90%				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.	x				
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.	x				
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?	x				
Considerações Gerais:					
<p>LEGENDA Níveis de avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.</p>					

PARTE B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.

09. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL PELO 16ª SRPRF

9.1 Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada

A declaração do contador encontra-se incluída como anexo 001 deste relatório de gestão. A seguir o resumo da declaração.

Quadro 9.1 – Declaração do Contador com Ressalva

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
16ª DISTRITO REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL		200112	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI, dentre as quais, as seguintes:</p> <p>a) Falta de registro de depreciação dos bens móveis adquiridos no exercício de 2010, em desacordo com a Macrofunção Siafi 02.30.30 – Reavaliações, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Direta da União, Autarquias e Fundações; e</p> <p>b) Convênios a liberar .</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none">• A verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;• O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e• A análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília - DF	Data	09 de março de 2011
Contador Responsável	José Carlos dos Gomes	CRC nº	DF 9.261/O-7



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA EXECUTIVA
DIRETORIA DE PROGRAMA
COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE

Denominação completa (U.D.):	Código da U.G.:
16ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/CE	200112

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, **EXCETO** no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI, dentre as quais, as seguintes:

- a) Falta de registro da depreciação dos bens móveis adquiridos no exercício de 2010, em desacordo com a Macrofunção Siafi 02.30.30 – Reavaliações, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Direta da União, Autarquias e Fundações;
- b) Convênios a liberar expirados.

Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:

- A verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;
- O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Sctorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e
- A análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília-DF	09 de março de 2011
Responsável José Carlos Gomes	CRCDF 9.261/O-7

José Carlos Gomes
COORDENADOR